



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ATA N.º 11/XI-1º/2013-14

1 - Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e catorze, pelas 22H00, no Salão Multiusos do Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental da Costa da Caparica, sito na rua Catarina Eufémia, na Costa da Caparica, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.2 - Relatórios de Monitorização de Operações de Reabilitação:

3.2.1 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Área de Reabilitação Urbana Simples de Almada

3.2.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Área de Reabilitação Urbana Simples da Trafaria”

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contratação de Auditor Externo do Município de Almada, para o período de 2014 a 2017 - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”

3.4 - Documentos de Prestação de Contas:

3.4.1 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Contas do Município, referente ao exercício de 2013”

3.4.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2013”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3.4.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Documentos da Consolidação de Contas do Grupo Autárquico referente ao exercício de 2013”

3.5 - Revisões Orçamentais:

3.5.1 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão ao Orçamento do Município para 2014”

3.5.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão ao Orçamento dos SMAS para 2014”

3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Abertura de Procedimentos Concursais para Ocupação de lugares na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento - SMAS”

3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Retificação de Deliberação sobre Desafetação de Parcela de Terreno, do domínio público Municipal, sita no Campo da Juventude ou Quinta da Areia, na freguesia do Feijó”

3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração do Regulamento Geral de Estacionamento e Circulação nas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada”.

2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Nuno Filipe Miragaia Matias; João Rafael Faustino de Almeida; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência no dia 28 de abril de 2014, (Ent. nº 1202/XI-1º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal José Gabriel Guiomar Joaquim, com ausência no dia 28 de abril de 2014 (Ent. nº 1299/XI-1º), (**Conforme Anexo II**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência no dia 28 de abril de 2014 (Ent. nº 1304/XI-1º), (**Conforme Anexo III**).
- A Senhora Deputada Municipal Rita Magda Pinheiro Pereira, com ausência no dia 28 de abril de 2014 (Ent. nº 1305/XI-1º), (**Conforme Anexo IV**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de abril, da eleita Sr.^a Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo V**).
 - O Candidato Senhor Luís António de Matos Vicente, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de abril, do eleito Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, e por impedimento do cidadão Sr. José João Santos da Mata, da cidadã Sr.^a Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos VI, VII, VIII e IX**).
 - O Candidato Senhor Paulo Filipe Pereira Viegas, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de abril, da eleita Sr.^a Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X**).
 - A Candidata Senhora Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 28 de abril, da eleita Sr.^a Rita Magda Pinheiro Pereira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI**).
- 4.2** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
- 4.3** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 851/XI-1º ao 1245/XI-1º do Expediente Enviado do nº 458/XI-1º ao nº 785/XI-1º, Atividade dos Membros da Mesa - Informação Nº 03/13-14, Reunião de Representantes dos Grupos Municipais - Súmula Nº 04/XI-1º/2013-14 e das Atas Nºs 08/XI-1º/2013-14 e 09/XI-1º/2013-14 e das Minutas das Atas Nºs 08/XI-1º/2013-14 e 09/XI-1º/2013-14.
- 4.3.1** - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum procedeu-se à votação das Atas N.ºs 08/XI-1º/2013-14 e 09/XI-1º/2013-14 e as Minutas das Atas N.ºs 08/XI-1º/2013-14



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

e 09/XI-1º/2013-14, que foram respetivamente aprovadas por unanimidade e ratificadas por unanimidade.

5 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu informação sobre o espaço onde decorre a Sessão, o Centro de Monitorização e Interpretação ambiental da Costa da Caparica.

5.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

O CMIA - Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental da Costa da Caparica, é um equipamento municipal construído no âmbito do Programa Polis da Costa da Caparica, criado com valências de informação, divulgação, educação, sensibilização e monitorização ambiental, em particular sobre o património litoral e costeiro.

Este equipamento conta, além do Aquário Virtual e da componente de monitorização, com um espaço polivalente, uma sala Atelier de Descoberta do Litoral, uma Biblioteca e Mediateca do Litoral, uma sala de reuniões e uma cafetaria.

Como sabeis, Almada goza de uma relação privilegiada com a água, possuindo uma linha de costa com cerca de 35 km de extensão (marinha e ribeirinha). A frente atlântica é uma das zonas balneares mais procuradas do país, recebendo milhões de visitantes por ano, que aqui podem usufruir de praias de grande qualidade e beleza paisagística e de um património natural precioso.

O litoral do concelho é rico em valores naturais, que não são óbvios para a maioria dos seus visitantes e que por isso lhes poderão passar despercebidos, razão pela qual a Autarquia tem vindo a apostar na divulgação do património natural do território.

Assim o Aquário Virtual, instalado no Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental da Costa da Caparica, é uma das ferramentas desenvolvidas para dar a conhecer esse património. Este equipamento, que funciona no Centro de Monitorização e Interpretação



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Ambiental da Costa da Caparica, é um recurso inovador, que recorre às novas tecnologias para mostrar, de forma lúdica e interativa, a biodiversidade que vive na costa atlântica de Almada.

Concebido pelo Departamento de Estratégia e Gestão Ambiental Sustentável, com o apoio científico do Instituto de Oceanografia, o Aquário Virtual contou com a colaboração técnica da YDreams, empresa sediada no concelho, que desenvolveu um conjunto de soluções informáticas que integram animações digitais e interatividade.

Uma visita ao Aquário Virtual inclui o visionamento inicial de um filme sobre a Natureza do litoral de Almada, a que se segue um mergulho num cenário virtual onde se acompanha, a par e passo, o ritmo das marés junto às rochas de um pontão da Costa da Caparica. A experiência termina com a exploração desse mesmo cenário virtual, onde é possível caminhar sobre a areia da praia e interagir com as diversas espécies marinhas que habitam neste ecossistema.

O Aquário Virtual recebe mais de 2.000 visitantes anualmente que podem ver e interagir, de um modo diferente, com a natureza da frente oceânica do concelho, entre grupos escolares, associações, turistas e público em geral.”

6 - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:

6.1 - Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre “datas previstas para obras anunciadas nas Opções do Plano dos SMAS para remodelação e beneficiação das ETAR da Mutela e do Valdeão e tipo de intervenção previsto para as ETAR”.

6.1.1 - A Câmara respondeu através do ofício 185/GP, de 13 de março de 2014.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.1.2 - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente a 17 de março de 2014, através do ofício nº 638/XI-1º.

6.2 - Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre “os Edifícios Públicos com Amianto no Concelho de Almada”.

6.2.1 - O Requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 17 de março de 2014, foi registado com a Entrada nº 1041/XI-1º e designado de nº 03/XI-2º - BE.

6.2.2 - O Requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 18 de março de 2014, através do ofício nº 644/XI-1º.

6.2.3 - A Câmara respondeu através do ofício 203/GP, de 20 de março de 2014.

6.2.4 - A resposta foi remetida ao Sr. Deputado Municipal requerente a 28 de março de 2014, através do ofício nº 684/XI-1º.

7 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

7.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Nuno A. Pinheiro, residente na rua da Escola Primária, nº 19, 4º Esq., 2805-137 Almada.

7.1.1 - O Munícipe Exm.º Senhor Nuno A. Pinheiro:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Estamos este ano de novo a comemorar 40 anos sobre a Revolução que abriu novos caminhos e novas portas ao povo português. Esses novos caminhos só são possíveis porque muitos com a sua atividade clandestina e muitas vezes reprimida fizeram por isso.

Nas Escolas Secundárias de Almada desde 1971-72 que se desenvolvia uma atividade política associativa importante, estamos a falar de jovens dos 13 anos aos 18 ou 19 anos que corriam o risco de tentar. Este risco teve em 16 de dezembro de 1973 um episódio da prisão de mais de centena e meia de estudantes, numa reunião em Lisboa, dos quais 17 eram estudantes das escolas de Almada, concretamente do Liceu.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A atividade associativa era tão importante que por altura do 25 de Abril todos os estudantes do Liceu nacional de Almada teriam tido algum contato com atividade política clandestina. A seguir ao 25 de Abril esse movimento organizou greves contra um sistema de ensino retrogrado e organizou-se legalmente.

Em novembro de 1974 em face da falta de salas de aula e da incapacidade do Ministério da Educação em resolver, os estudantes de Liceu de Almada, com o apoio da população, ocuparam o Seminário de Almada que estava praticamente desocupado e sem utilização. Esta ocupação foi pioneira em Portugal, na medida em que foi uma das primeiras situações em que se ocupou um grande edifício desocupado ou subaproveitado para resolver problemas concretos da população.

Como alguns saberão, esta ocupação teve um fim com uma intervenção militar, mas o facto é que pouco depois aquele equipamento acabou por ser utilizado para resolver o problema de centenas de estudantes de Liceu de Almada. Concretamente na altura o então 3º ano, atual 7º ano que não tinha local para as suas aulas. Esta história é a história dos estudantes e do movimento associativo dos estudantes do ensino secundário de Almada, é uma história complexa que está por fazer e a partir de um convite da Universidade do Porto esse estudo iniciou-se recentemente e apesar de haver um Investigador responsável que no caso sou eu, é um trabalho que eu espero seja coletivo, aquele que agora e há poucos meses se iniciou.

Nós pretendemos neste trabalho envolver o maior número possível de atores diretos e indiretos deste movimento, quer estudantes, quer pais, quer autoridades locais que tenham tido de alguma forma uma importância em todo este movimento. Pretendemos evidentemente englobar todas as tendências políticas, não queremos com aquilo que estamos a fazer justificar ou justificar á posteriori um papel de uma outra tendência, não queremos fazer um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

trabalho político ou um trabalho que possa servir no combate político atual, queremos estudar, queremos perceber o que é que aconteceu neste movimento que foi importante.

Aquilo que estou a fazer aqui hoje, e termino já, é a apresentação deste projeto ao Concelho, geralmente faz-se ao contrário, fazem-se os projetos, estuda-se e depois é que se apresenta, mas este projeto na medida em que se espera que seja um projeto coletivo e já está a ser iniciado como tal, é um bocadinho ao contrário. E ao mesmo tempo pedir a colaboração das instituições oficiais, partidos, coletividades e no fundo de todos os cidadãos para este estudo. O que esperamos fazer, esperamos que no prazo de um ano, um ano e meio ter uma produção que pode dar origem a um livro e também a algum objeto audiovisual, que neste momento é relativamente simples de fazer.

Portanto, aquilo que eu peço e aquilo que eu apresento, o projeto à Assembleia Municipal e desta forma às instituições do Concelho, e aquilo que eu peço é a colaboração do Concelho, a colaboração deste Concelho no qual este movimento nasceu, para este projeto.”

7.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Belmiro Rodrigues Alexandre, residente na rua Trindade Coelho, nº 6 2^o Esq., 2800-297 Almada.

7.2.1 - O Munícipe Exm.^o Senhor Belmiro Rodrigues Alexandre:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Convidava-os a fazer um passeio que eu hoje fiz, partindo do Largo de Cacilhas e subindo a rua Carvalho Freirinha, o nº 29 é um prédio abandonado que pertence à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e que as janelas já não têm vidros, o cortinado da última residente abana ao vento e a Santa Casa da Misericórdia segundo penso, não será capaz de dar qualquer aplicação àquele património. A Câmara Municipal em boa hora andou a fixar cartazes a dizer: “Conserve a sua casa, imóvel, com IMI agravado”. Este prédio porque não paga IMI provavelmente porque é da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, foi poupado a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

esse cartaz, a essa forma de divulgação que me parece foi bem aceite pela população e pelos diversos partidos políticos de Almada. Logo a seguir no nº 29 aparece então um prédio que eu resido cá desde 1980, nunca o vi habitado e esse sim com IMI agravado e com o tal cartaz a publicitar “Conserve a sua casa” e muito bem. Há um terceiro exemplo, depois chegamos à rua Francisco Bernardo da Costa, a partir da praça Gil Vicente encontramos um edifício da EDP, que atualmente está transformado num pombal e com sintomas já de bastante abandono, não tão grande como os outros dois edifícios da rua Carvalho Freirinha que eu referi, mas esse ainda me causa maiores interrogações, será que pelo facto de termos alienado a EDP nós seremos capazes de tributar em IMI agravado aquele edifício da EDP abandonado? Porque se calhar o contrato feito com o Estado soberano ou com uma empresa pública de um Estado soberano tem quase um valor de um tratado bilateral, porque quando foi das nacionalizações eu recordo-me que não havia indemnizações para já, para ninguém, mas que salvaguardaram os interesses dos cidadãos estrangeiros para não haver retaliações por parte desses Estados com os quais nós tínhamos relações. Portanto, a alienação à EDP será que vai isentar, eu não sei se a EDP está isenta de IMI ou não, mas tenho as minhas dúvidas se alguma vez a Câmara lá irá pôr o tal cartaz a dizer que aquele edifício que agora é pombal vai ter IMI agravado. Ele está à venda, podia ser uma excelente residência, uma excelente pensão, mas para já não há meio de o alienaram está abandonado. A minha dúvida é esta, nós os pequenos se tivermos um património que é tributado de IMI, mas que não dá qualquer rendimento, vamos precisar das entidades locais que rececionem aquele património que não nos dando rendimento só nos cobra impostos, porque eu não estou a ver maneira do Estado português conseguir diminuir a sua despesa e portanto vai ter é que aumentar se calhar ainda ao nível das suas receitas para não ter que recorrer aos empréstimos e para ter que pagar os juros e amortizar a dívida. Por isso nós os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pequenos temos que saber a quem é que entregamos o património que não dando rendimento é lixo, passo a expressão, para ser entregue a uma entidade que o saiba valorizar sem encargos nenhuns para nós. Porque estes grandes, inclui-se a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa estarão defendidos e muito mais a EDP, nas mãos da ... que é o Estado soberano chinês, um Estado que a gente não faz sequer ideia, é o 2º império, não é? Atualmente.

Portanto, o meu pedido é este, mais tarde ou mais cedo vão ter que criar uma entidade que receba quer os bens rústicos, quer os bens urbanos que nós não podemos suportar porque o IMI vai continuar a crescer. Fica a sugestão, sei que há Deputados da Assembleia da República presentes, vão ter que pensar nisso, eu próprio na província tenho um território para entregar e ninguém o receciona. Já falei nisso ao Deputado Alberto Antunes no tempo em que ele era Deputado da Assembleia da República e não vejo qualquer atividade. Já falei com o Presidente da Junta de Freguesia da minha aldeia, quero entregar o pinhal porque eu não vou tratar do pinhal e o pinhal arde em média de 20 em 20 anos e tenho obrigações para com o pinhal e ninguém me receciona o pinhal.

Desculpem o desabafo e muito obrigado por me terem ouvido.”

7.3 - Usou da palavra a Múncipe Exm.^a Senhora Maria Leonor Guia Parreira da Silva, residente na rua Dr. Alberto Araújo, nº 12 - 6º Frente, 2805-063 Almada.

7.3.1 - A Múncipe Exm.^a Senhora Maria Leonor Guia Parreira da Silva:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu venho aqui dar o meu testemunho da minha participação na manhã do dia 25 de Abril de 1974. Sendo caricato, foi muito importante. Estava a preparar-me, eu trabalhava no Sindicato de Escritórios em Lisboa, na rua Braamcamp conhecido por franguinhas, o meu marido Diamantino trabalhava na FETESE, na av.^a Duque de Loulé. Eu preparava o pequeno almoço



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

enquanto ele ia fazer a barba, com a espuma na cara e eu disse-lhe: “olha, há uma Revolução, portanto não podemos ir para Lisboa, os Militares apelam a que não saíamos de casa”. “Vamos já para a rua, eu já a vestir-me, vamos embora”. Então a alegria foi tamanha, ele esquecia-se que tinha a espuma, aquilo foi caricato, mas foi uma alegria enorme, aquela manhã, aquela participação. Não fomos para Lisboa, viemos para Almada, participámos com uma alegria imensa. Eu tinha um filho e o meu medo quando nasceu era a guerra, e todas as mães era a grande preocupação a guerra. Valeu a pena o 25 de Abril? Claro que valeu. Não se pode pôr em questão se valeu a pena. Agora que estamos a fazer um recuo ou que nos estão a fazer um recuo extraordinário dessa manhã extraordinária de alegria, de participação do povo, de conquistas extraordinárias que se alcançaram com o 25 de Abril, a liberdade de presos políticos, comunistas que morreram no Tarrafal, nas prisões, doentes que não eram assistidos. Por acaso já foi feita homenagem a esses democratas? Aos comunistas e outros democratas que contribuíram para que o 25 de Abril fosse possível? Está-se a fazer e muito bem com toda a justiça aos Capitães de Abril e os Militares que foram obrigados a ir para a guerra contrariados? Foi feita justiça a esses Militares? Eu ainda não assisti, se foi peço desculpa que eu ainda não vi nenhum Governo, nem nenhum Presidente da República fazer. Foram prestadas homenagens àqueles trabalhadores que desempregados, o meu pai foi um deles, foi obrigado a ir para França, para outros países contrariados porque aqui havia desemprego e havia fome. Colegas meus, eu fui estudar, com muito esforço, é verdade e com muito apoio social também, mas muitos dos meus colegas, muito mais inteligentes do que eu não tiveram essa possibilidade. Felizmente o 25 de Abril deu-nos essa possibilidade. A escola aberta a todos. É verdade que ao nível do Universitário está a haver um recuo extraordinário que de facto não tem cabimento, se nós queremos um País culto e com capacidade de resposta temos que ter técnicos à altura e não podemos exportá-los, pô-los na



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

rua, pô-los noutros países como fizemos antes do 25 de Abril. Por isso o meu irmão mais novo foi para a França, para não ir para a guerra, o mais velho foi para o Brasil para não ir para a guerra. E agora o que é que está a fazer o nosso Governo? A mandar para fora, para outros países, não é para a guerra, mas é outra forma de guerra, os nossos estudantes, os nossos jovens. O meu filho tirou medicina graças a um País onde havia a possibilidade de todos terem abertura para o fazer. Foi onde agora se verifica uma situação muito complexa que é Kiev. Ele está em Portugal, tirava-se lá nesses países para virem para cá a custo zero para o Governo de cá e eles estão cá a trabalhar e agora o que é que se faz, nós estamos a dar os nossos impostos a esses jovens e a exportá-los para outros países, não podemos fazê-lo, é isto que não podemos contribuir para que isto aconteça. E nós estarmos calados e passivos é dar o contributo para que isso aconteça. Portanto, quem está na Assembleia da República, não é só a voz de um grupo, não é só a voz de dois grupos, tem que ser a voz de todos os grupos e dizerem não a este tipo de atentado ao 25 de Abril. Felizmente que temos o Poder Local Democrático, poder popular de Almada, de todos os Concelhos de Portugal. E aí é que se vê a evolução dos Concelhos, a evolução das Juntas, lamentavelmente outros grande crime que se fez recentemente e desejo sinceramente que sejam repostas as Freguesias para melhor dar resposta às populações, porque de facto só quem viveu em Almada antes do 25 de Abril, como eu, vou fazer agora 44 anos, de hoje a um mês que cá estou, é que se vê a qualidade em toda a área, na cultura, eu já não saberia viver noutro Concelho que não neste, sinceramente. Eu estive três meses no Rio de Janeiro onde está o meu irmão, a minha família, eu tive que vir, adiantei o regresso para estar cá no 25 de Abril e no 1º de Maio, eu digo sinceramente já não sei viver noutro País, este é o meu é aqui que quero viver. Agora se estamos a pôr na rua, noutros países à aventura, porque muitos vão sem terem a certeza de ter trabalho, os nossos jovens que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

damos qualificação para cá ficarem, e quem é que garante as reformas deste elementos que aqui estão se estamos a pôr a força de trabalho jovem noutros países? Têm que ver, os amigos que estão na Assembleia da República, de todos os Partidos não podem ter uma visão curta da vida, não tem que se ver a curto prazo, tem que se ver a médio e longo prazo. Portanto pensem. Eu só faço aqui um apelo a que todos invistam no País que temos. E o retrocesso que está agora não pode continuar. Abril tem que se cumprir, não pode ser só o trabalho dos Militares e esse trabalho não pode ser em vão. E o que sofreram os comunistas e outros democratas nas prisões não pode ser em vão. Temos que ir à luta todos, mas todos mesmo.”

7.5 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

7.5.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

As questões colocadas pelos Srs. Múncipes que aqui vieram intervir penso que não haverá muito a dizer, mas acho que merece uma resposta.

O Sr. Belmiro Alexandre em particular, levantou questões relacionadas com o IMI agravado e isenções de IMI. Naturalmente que as questões que nos levantou sobre a justiça da aplicação do imposto e as condições em que é aplicado devem merecer a reflexão de todos nós e a parte que cabe à Câmara Municipal não deixará de ter em conta aquilo que acabou de ser referido.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Nuno Pinheiro e o estudo que pretende fazer, naturalmente que tudo o que se possa fazer para o conhecimento da vida associativa juvenil do nosso Concelho terá também a nossa atenção, na medida em que sejamos solicitados em concreto.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

E em relação às palavras da D. Maria Leonor Parreira da Silva, partilhamos os seus sentimentos e tudo faremos para contribuir a partir de Almada e da nossa ação no Poder Local para que Portugal tenha um rumo que permita que todos os jovens aqui tenham lugar, aqueles que cá estão e aqueles que tendo partido possam voltar e concretizar os seus sonhos.”

7.6 - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

8 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

8.3 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais Vanda Lima e Silva (apresentando Moção/Deliberação sobre “O 1º de Maio, 40 anos após o 25 de Abril de 1974), Carlos Revés (apresentando Moção/Deliberação sobre “Tomada de posição conjunta dos Municípios acionistas na AMARSUL contra a privatização dos serviços públicos de resíduos”), João Rafael Almeida (apresentando Moção/Deliberação sobre “O 1º de Maio - Um dia de todos os Trabalhadores”), Grupo Municipal do PSD (Moção/Deliberação sobre “O 25 de Abril de 1974 é de todos nós”, retirada por o seu conteúdo estar contido na intervenção feita na Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril de 1974, que decorreu hoje dia 28 de abril, às 21H00, referente à Ata nº 10/XI-1º), João Geraldes (apresentando Moção/Deliberação sobre “Grandes Projetos Estratégicos para a Região e para o Concelho de Almada), Maria D’Assis (apresentando Moção/Deliberação sobre “Plano Integrado de Almada), Pedro Oliveira (apresentando Moção/Deliberação “Pelo cumprimento da contratação coletiva nos TST”), Carlos Guedes (apresentando Moção/Saudação ao 1º de Maio, Dia do Trabalhador e Moção/Deliberação sobre “Transmissão de áudio e vídeo das Sessões da Assembleia Municipal”, Pedro Oliveira (apresentando Moção/Deliberação “pela reposição do transporte de veículos ligeiros em Cacilhas”), Eva



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Gomes (apresentando Moção/Saudação às ações de luta e protesto dos jovens portugueses), Sérgio Bastos (apresentando Moção/deliberação sobre “Erosão Costeira na Costa da Caparica é urgente repensar a Costa da Caparica”).

8.3.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Vanda Lima Silva (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/deliberação sobre O 1º de Maio, 40 anos após o 25 de Abril de 1974

Assinalar o 1º de Maio em Portugal, 40 anos após o 25 de Abril, representa muito mais do que recuar ao passado, não muito distante, para lembrar a luta dos trabalhadores por uma jornada de trabalho de 8 horas, em busca de melhores condições de trabalho e de salários mais justos.

No nosso país, as celebrações desta data só foram possíveis, em liberdade, após a revolução, tendo o 1º de Maio de 1974 trazido para a rua, cerca de 1 milhão de trabalhadores. Nesta data, Mário Soares, Álvaro Cunhal e muitos Capitães de Abril, participaram naquela que foi a maior manifestação jamais vista no nosso país e que deverá ser lembrada hoje e sempre.

No atual contexto político, económico e social, também muitos milhares de trabalhadores se preparam para assinalar o 1º de Maio, que hoje significa muito mais do que apenas defender os valores da liberdade e da democracia! Significa devolver ao país esperança num futuro mais livre, mais justo e mais fraterno.

Celebrar o 1º de Maio representa, no atual momento, lutar contra práticas do passado que ressurgem, perigosamente, com a desculpa dos tempos de crise. O ataque às funções sociais do estado, num tempo em que o trabalho escasseia e as dificuldades económicas se acentuam; num tempo em que a fome reaparece, de forma escandalosa; num tempo em que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

jovens e adultos, altamente qualificados, são “forçados” a emigrar, importa lembrar as lutas dos trabalhadores para não esquecer.

Este é o momento de reafirmar os valores de Abril e evocar o 1º de Maio, “Dia Internacional do Trabalhador” porque hoje, esta data tem maior significado que nunca. Representa a permanente construção de um Portugal democrático de direitos, liberdades e garantias, consignadas na Constituição da República Portuguesa, agora tão ameaçada.

Reunida na Cidade da Costa de Caparica, onde há mais de 40 anos teve lugar uma das mais importantes reuniões de preparação da gloriosa jornada de abril, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1. Saudar todos os trabalhadores Portugueses e as suas estruturas representativas;
2. Recordar as lutas e as conquistas dos trabalhadores, no decurso dos últimos 40 anos;
3. Apelar a todos os trabalhadores para que lutem intransigentemente pelos direitos laborais, participando em todas as iniciativas em defesa do emprego;
4. Apelar à participação de todos os trabalhadores nos diversos eventos comemorativos desta data.”

8.3.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Tomada de posição conjunta dos Municípios acionistas na AMARSUL contra a privatização dos serviços públicos de resíduos

No passado dia 11 de abril de 2014, a Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) realizou, conjuntamente com os nove municípios da península de Setúbal, acionistas da Amarsul, uma conferência de imprensa, no Auditório Municipal Augusto Cabrita, no Barreiro, onde manifestou a sua clara posição contra a privatização dos serviços públicos de resíduos e, conseqüentemente contra a privatização da empresa pública EGF.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nessa conferência de imprensa, foi apresentada publicamente uma posição de conjunto sobre as ações a desenvolver, no sentido de combater a intenção do Governo de privatização da EGF - Empresa Geral do Fomento, detentora de 51% do capital da Amarsul que serve os nove municípios da Península de Setúbal.

Rui Garcia, presidente do Conselho Diretivo da AMRS, não hesitou em considerar que esta privatização subverte e contraria as condições que levaram os Municípios da Península de Setúbal a aceitar participarem no capital social 100% público da AMARSUL, ao mesmo tempo que transforma o serviço público de gestão e tratamento de resíduos urbanos, num negócio privado que apenas visa o lucro, com inevitáveis aumentos de tarifas e com graves prejuízos para os trabalhadores da própria empresa, para as populações, para a Região e para o País. Neste sentido, e de forma conjunta, os Municípios acionistas da AMARSUL, legítimos representantes das populações, reiteraram as posições já assumidas em Assembleias Gerais da AMARSUL, a saber:

- Exigem, no respeito pela autonomia do Poder Local e no cumprimento integral da Constituição da República Portuguesa, que a AMARSUL se mantenha com capitais 100% públicos;
- Repudiam o processo de privatização da EGF, que o Governo pretende concretizar;
- Tomarão todas as medidas ao seu alcance que visem a análise da legalidade do processo de privatização da EGF e da constitucionalidade da legislação já aprovada ou em processo de aprovação, que possam pôr em causa a autonomia do Poder Local, o respeito pela Constituição da República Portuguesa, os interesses dos Municípios envolvidos e os direitos dos trabalhadores da AMARSUL;
- E, na qualidade de detentores dos resíduos produzidos nos seus concelhos, analisam soluções que permitam manter na esfera pública a prestação de um serviço público de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

resíduos urbanos, em alternativa às graves consequências que a privatização da EGF, a verificar-se, criaria na AMARSUL e nas populações.

Esta posição de conjunto dos nove municípios acionistas da AMARSUL, tomada num momento em que já tinha sido aprovado pelo governo o caderno de encargos da privatização da EGF (publicado a 8 de abril), reitera e reforça as posições e deliberações já tomadas em sessões anteriores desta Assembleia Municipal, pelo que

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária a 28 de abril de 2014, delibera:

1. Solidarizar-se com a tomada de posição de conjunto dos nove municípios da Península de Setúbal, acionistas da AMARSUL, contra a privatização dos serviços públicos de resíduos e, consequentemente, da empresa pública EGF;
2. Apoiar de forma incondicional todas as ações jurídicas e políticas que a AMRS, em conjunto com os municípios, venha a decidir levar a cabo no sentido da manutenção dos serviços de resíduos na esfera pública;
3. Reafirmar o profundo repúdio pelo processo de privatização da empresa EGF em curso.”

8.3.3 - O Sr. Deputado Municipal João Rafael Almeida (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/deliberação sobre O 1º de Maio - Um dia de todos os Trabalhadores

Desde 1886, em Chicago, passando pela segunda Internacional Socialista em 1889 e pelo primeiro feriado nacional em instituído em França em 1919, que se reafirmou a luta de todos os trabalhadores pelos seus direitos e deveres. Luta muitas das vezes manchada por sangue, a que não ficaram indiferentes tantos cidadãos e organizações políticas portuguesas durante o longo período ditatorial que Portugal viveu. Com Abril de 1974 surgiam as comemorações do Dia do Trabalhador vividas em liberdade. O desafio mantém-se hoje, como desde sempre, na



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ambição de criarmos direitos e deveres sustentáveis ao bem-estar de todos os trabalhadores, de garantir a liberdade e pluralidade das instituições que os defendem e de permitir a persecução da competitividade económico-social do nosso país. Com tempos muito difíceis, em que facilmente se pode cair em populismos demagógicos, há que reafirmar toda a maturidade democrática dos cidadãos trabalhadores e criar as estruturas sólidas ao desenvolvimento perene da sociedade portuguesa.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária de abril de 2014 delibera:

Manifestar homenagem a todos os trabalhadores e a todas as suas organizações representativas como parte essencial e integrante de uma sociedade e Estado de Direito Democrático.”

8.3.4 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Grandes projetos estratégicos para a Região e para o Concelho de Almada

Portugal prepara-se para iniciar um novo ciclo de grandes investimentos cofinanciados por fundos comunitários, no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio batizado “Portugal 2020”.

A proposta de Acordo de Parceria a celebrar entre Portugal e a Comissão Europeia no âmbito deste novo Quadro Comunitário, foi recentemente entregue em Bruxelas pelo Governo Português.

Nesse quadro, entendemos que deverão ser consideradas as prioridades de investimento em projetos e infraestruturas estruturantes e determinantes para a promoção de um desenvolvimento económico e social equilibrado e equitativo da Região de Setúbal em geral, e do Concelho de Almada em particular.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A nossa região dispõe de um quadro orientador bem definido e objetivo, que integra as necessidades concretas de investimento em infraestruturas estratégicas. O Plano de Desenvolvimento Estratégico da Península de Setúbal (PEDEPES), elaborado no âmbito da Associação de Municípios da Região de Setúbal, consagra as prioridades de investimento a concretizar na região, os quais sustentam não apenas as legítimas expectativas de Desenvolvimento Regional, mas representam igualmente um investimento decisivo para o desenvolvimento global do nosso País, pela dimensão e impacto claramente nacionais que muitos destes investimentos representam.

Nas declarações públicas prestadas no âmbito da inauguração da nova sede da empresa pública Baía do Tejo no Barreiro, a Ministra de Estado e das Finanças afirmou que *“o País está numa fase de melhoria da atividade económica e do sentimento de confiança”*, sublinhando em particular no que respeita à nossa região que *“o distrito de Setúbal e as áreas dos três concelhos [Almada, Seixal e Barreiro] têm enorme potencial pela sua localização geográfica, pela sua proximidade a vias para escoar a produção e por recursos humanos qualificados”*.

Na mesma ocasião - e a este propósito -, a Ministra Maria Luís Albuquerque destacou a qualidade do Plano de Urbanização de Almada Nascente - Cidade da Água, que se encontra concluído, aprovado e em vigor.

A partir destas declarações de responsáveis governamentais, parecem encontrar-se criadas as necessárias condições, físicas e políticas, para que os grandes investimentos estruturantes e essenciais para o desenvolvimento e para a qualidade de vida das populações do nosso Concelho possam ser executados, conforme tem sido reiterado em sucessivas tomadas de posição das populações e dos órgãos autárquicos que as representam, bem como de órgãos intermunicipais.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Em sucessivas tomadas de posição, os órgãos locais e regionais representativos da população do nosso Concelho têm afirmado de forma reiterada a absoluta necessidade de concretização de programas tão importantes e significativos como os previstos no âmbito do projeto do Arco Ribeirinho Sul, do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica e projetos complementares, ou os diferentes investimentos considerados ao nível do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPS) elaborado por iniciativa da Associação de Municípios da Região de Setúbal.

Entretanto, o Governo tornou recentemente público o relatório de um grupo de trabalho que nomeou para definição das prioridades do investimento nacional entre 2014 e 2020, (a que chamou “infraestruturas de elevado valor acrescentado”), documento que propõe um investimento num montante de 5 mil milhões de euros em 30 grandes infraestruturas de diferente natureza. A estas propostas, o Governo adicionou umas semanas mais tarde, 1.067 milhões de euros e 29 outras grandes infraestruturas.

Lamentavelmente, nenhum dos investimentos inadiáveis para o Concelho de Almada, para os seus cidadãos e para a nossa região, e que aqui reafirmamos como intervenções prioritários para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações do nosso Concelho, são considerados nas intenções de investimento do Governo até 2020.

A Região de Setúbal, e o Concelho de Almada em particular, foram confrontados nas últimas décadas com sucessivas opções políticas e económicas que conduziram à destruição maciça do tecido produtivo - particularmente ao nível da indústria de reparação naval e das pescas -, e se traduziram na destruição de muitos milhares de postos de trabalho, arrastando outros tantos milhares de trabalhadores, muitos deles altamente especializados e qualificados, para o desemprego.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Paralelamente têm vindo a ser sistematicamente adiados, ou mesmo liminarmente eliminados, investimentos públicos indispensáveis à dinamização e revitalização económica do Concelho e da Região.

As palavras que acima reproduzimos de responsáveis do Governo de Portugal, aliadas à manifesta disponibilidade para a concretização de investimentos de grande dimensão em “infraestruturas de elevado valor acrescentado” recentemente demonstrada pelo Governo, justificam que desta realidade profundamente negativa para os Almadenses seja finalmente invertida, legitimando ainda mais a exigência das populações do nosso Concelho no sentido de serem concretizados investimentos que foram assumidos e contratualizados entre a Administração Central e o Poder Local Democrático.

Neste quadro assume particular importância o Projeto “Arco Ribeirinho Sul”, com o Plano de Urbanização de Almada Nascente - Cidade da Água aprovado, publicado e plenamente eficaz - e, sublinhe-se, recentemente elogiado com veemência pela Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças -, um projeto que encerra enormes potencialidades de desenvolvimento, perspetivando a criação de mais de 60 mil postos de trabalho no horizonte da sua concretização, e que representará a requalificação e devolução aos cidadãos de amplos territórios hoje divorciados da malha urbana consolidada, os quais reúnem excelentes condições de atratividade para investidores nacionais e estrangeiros, permitindo perspetivar um desenvolvimento económico consistente e sustentado, que pela sua dimensão, se assumirá como alavanca essencial não apenas para o desenvolvimento local, mas igualmente regional e nacional.

Como particular importância assume igualmente, neste quadro, a execução integral do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica, também ele um projeto-chave para o desenvolvimento do nosso Concelho e da Área Metropolitana de Lisboa, assumindo também,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pela sua dimensão e significado, um relevante papel no estímulo ao desenvolvimento da economia em termos nacionais.

Independentemente da forma institucional que assuma a intervenção no território integrado nesta operação, a concretização integral dos objetivos de requalificação urbana e de valorização ambiental que o Plano de Desenvolvimento Estratégico encerra, nos termos em que foi contratualizado entre o Município de Almada e o Estado, constitui um desígnio municipal inultrapassável quando apostamos, com seriedade, na melhoria da qualidade de vida das populações pela transformação daquele território num polo de excelência em termos de oferta turística, de recreio e lazer de maior importância e dimensão na Área Metropolitana de Lisboa.

Para além destes dois grandes projetos, que se encontram ou em execução - o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica - ou dispõem das condições essenciais para que possam ser executados - o Plano de Urbanização de Almada Nascente - Cidade da Água no âmbito do Arco Ribeirinho Sul -, outros investimentos estruturantes de primeira importância para a região e para o país devem manter-se como objetivos, como é o caso do novo aeroporto de Lisboa, da terceira travessia do rio Tejo entre o Barreiro e Chelas e a plataforma logística do Poceirão, também eles instrumentos essenciais para o desenvolvimento sustentado que pretendemos.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2014, delibera:

1. Reafirmar a absoluta necessidade de concretização dos grandes projetos estratégicos previstos para a Região e Península de Setúbal e para o Concelho de Almada enquanto fatores de desenvolvimento, bem-estar e qualidade de vida das populações.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2. Destacar como prioridades na execução dos investimentos estruturantes e estratégicos referidos, o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica, incluindo todos os seus projetos estruturantes e complementares, enquanto projeto-chave para o desenvolvimento do conjunto da Área Metropolitana de Lisboa e do País, e o Plano de Urbanização de Almada Nascente - Cidade da Água no âmbito do projeto mais amplo do Arco Ribeirinho Sul nas três componentes territoriais integradas no projeto.
3. Sublinhar uma vez mais a responsabilidade primeira do Governo da República enquanto parte simultaneamente interessada e determinante para a concretização dos investimentos públicos indispensáveis à concretização destes projetos estratégicos de desenvolvimento, e exigir que eles sejam integrados nas prioridades de investimento nacionais que o Governo definiu.
4. Apelar ao Governo da República para que não abandone em definitivo a consideração de outros projetos estruturantes fundamentais para a Região e para o País.”

8.3.5 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria D’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção sobre o Plano Integrado de Almada

O Plano Integrado de Almada (PIA), é uma zona de grande densidade populacional, estimando-se que nele residam cerca de 13.000 habitantes, provenientes de vários grupos étnicos, distribuídos por uma área aproximada de 400 Ha.

As habitações são constituídas maioritariamente por fogos sociais cujos gestores são o IHRU e a CMA, existindo igualmente fogos através de contratos de desenvolvimento da habitação e de cooperativas.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Nesta zona, há uma grande concentração de problemas sociais, que se traduzem em baixos rendimentos, desemprego e ou subemprego, baixa qualificação escolar e profissional e insucesso/abandono escolar precoce por parte de crianças/jovens.

Não obstante, é uma zona que apresenta algumas potencialidades, nomeadamente uma pirâmide etária jovem, heterogeneidade cultural, grande diversidade e abrangência de recursos, ao nível de equipamentos sociais e educativos, além do facto de apresentar grande centralidade.

Não obstante a existência de alguns recursos, verificam-se os seguintes problemas:

Muitos utentes sem médico de família, obrigando a deslocações à Costa da Caparica, e insuficiência de respostas para crianças nos períodos de interrupção letiva.

Ao nível habitacional e dos espaços envolventes, verifica-se:

O parque habitacional, (essencialmente o do IHRU) está pouco conservado, nomeadamente nas infraestruturas comuns (condutas de água, gás, parte elétrica, elevadores), contribuindo para problemas de infiltração, dificuldade de acesso para os mais dependentes, riscos de incêndio.

Salienta-se que, pese embora as condições do edificado, perspetiva-se para breve o aumento das rendas e possibilidades de despejos, agravando a situação de vida de algumas famílias.

A limpeza urbana é extremamente deficitária, quer em termos da regularidade quer de zonas abrangidas (normalmente apenas é feita nas ruas principais, deixando ao abandono as traseiras e ruas laterais).

A recolha de monos não é feita com a regularidade necessária, verificando-se igualmente a insuficiência de espaços ajardinados e de infraestruturas desportivas e de lazer de proximidade, nomeadamente na Encosta Sul (equipamentos desportivos e parques infantis).



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Para além de serem insuficientes, estão concentrados na periferia dos bairros, dispendo de pouca manutenção (jardim da Filipa D'Água), pouca utilização pela população (Biblioteca Maria Lamas) e pouco acesso da população dado os preços praticados (Piscinas Municipais).

A iluminação pública é deficitária, contribuindo para a falta de segurança dos residentes, agravada por um quase inexistente policiamento e ausência de sinalética (lombas e sinais de trânsito) que previnam/reduzam acidentes rodoviários.

Todos estes fatores, têm contribuído para uma má qualidade de vida dos residentes, na falta de apropriação do espaço por parte dos moradores e estigmatização dos próprios bairros, levando também a pouco envolvimento e corresponsabilização da população na conservação dos espaços públicos.

Neste sentido, é urgente consertar esforços entre autarquia, serviços, instituições locais e população, com vista à identificação das necessidades, prioridades de intervenção e definição de responsabilidades.

Face ao exposto e considerando que se trata de uma grande núcleo habitacional, a Assembleia Municipal delibera:

Solicitar à Câmara Municipal que informe esta Assembleia, com urgência sobre as diligências previstas para a resolução dos problemas apontados, nomeadamente os que estão relacionados com a limpeza e higiene urbana e ao nível da Rede Social, assim como o que se perspetiva em termos da formalização de uma parceria para a minimização e/ou superação de alguns dos problemas apontados e contribua para o desenvolvimento social local.”

8.3.6 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Moção/Deliberação Pelo cumprimento da contratação coletiva nos TST

No final de fevereiro do corrente ano, a Administração da empresa Transportes Sul do Tejo (TST) comunicou aos seus trabalhadores que a partir do dia 1 de março se passaria a aplicar a figura do “tempo de disponibilidade” prevista no Decreto-Lei 237/2007, de 19 de junho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/15/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março, bem como o Regulamento (CE) n.º 561/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março, relativo à harmonização de determinadas disposições em matéria social no domínio dos transportes rodoviários.

Segundo o referido Decreto-Lei 237/2007, de 19 de junho, o “tempo de disponibilidade” não é considerado tempo de trabalho, embora não seja tempo de intervalo ou de descanso. Corresponde a um período em que o trabalhador não tem de permanecer obrigatoriamente no local de trabalho, mas mantém-se “adstrito à realização da atividade em caso de necessidade, bem como, no caso de trabalhador que conduza em equipa, qualquer período que passe ao lado do condutor ou num beliche durante a marcha do veículo”.

Relativamente ao seu âmbito de aplicação, o Regulamento (CE) n.º 561/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março, refere no artigo 3.º que “o presente regulamento não se aplica aos transportes rodoviários efetuados por meio de: a) Veículos afetos ao serviço regular de transporte de passageiros cujo percurso de linha não ultrapasse 50 quilómetros”.

Com base neste Regulamento, os sindicatos solicitaram à ACT um parecer sobre a legalidade da aplicação desta disposição aos trabalhadores dos TST, empresa de transportes cujos percursos de linha não ultrapassam normalmente os 50 quilómetros.

A aplicação desta legislação apenas sete anos depois da sua publicação tem motivado a indignação dos trabalhadores, que consideram que se trata de uma tentativa de contornar o acórdão do Tribunal Constitucional que prevê a reposição do valor do trabalho suplementar a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

partir de agosto de 2014. Vale a pena sublinhar que esta é uma empresa que recorre de forma sistemática ao trabalho suplementar.

A aplicação do “tempo de disponibilidade” permite à empresa dispor dos trabalhadores durante mais duas ou três horas por dia, prolongando o período necessário para completar as oito horas, mas sem ter de pagar o valor da hora extraordinária. De uma forma pouco clara, a empresa dividiu o “tempo de disponibilidade” dos trabalhadores em T1 e T2, sendo que o primeiro não implica qualquer acréscimo de rendimento e o segundo prevê um suplemento de 1,16€, mesmo que se trate de trabalho noturno. O “tempo de disponibilidade” configura, na verdade, uma medida de descaracterização do trabalho suplementar e do trabalho noturno.

Este valor, claramente abaixo do valor devido pelo trabalho suplementar, significa um corte brutal no rendimento dos trabalhadores. Nos últimos anos, o salário médio de um motorista dos TST sofreu um corte de 20% a 30%. Como se não bastasse, a administração quer ainda que o período normal de trabalho possa chegar às 12 horas diárias e 60 horas semanais, pretende aplicar o banco de horas, os horários concentrados e o trabalho intermitente, e ameaça ainda reduzir o período de trabalho noturno em três horas. Este pacote de medidas terá efeitos violentos sobre os direitos e os salários destes trabalhadores, o que tem motivado protestos e greves com enorme adesão, apesar das pressões exercidas pela empresa sobre os seus trabalhadores.

Relativamente a este assunto, não será irrelevante recordar que a administração dos TST e os sindicatos do setor estiveram recentemente em processo negocial, pelo que não se compreende esta súbita imposição da empresa relativamente à matéria dos tempos de disponibilidade sem que os representantes dos trabalhadores tenham sido ouvidos. Todas estas matérias encontram-se reguladas em Acordo de Empresa, embora a empresa ignore a contratação coletiva.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária, nos dias 28, 29, 30 de abril de 2014, delibera:

- a) Considerar essencial o serviço público de transporte realizado pelos TST;
- b) Manifestar aos trabalhadores dos TST a sua solidariedade em defesa do valor devido pelo trabalho suplementar e pelo cumprimento da contratação coletiva;
- c) Reafirmar junto da administração dos TST a importância do cumprimento dos direitos dos trabalhadores na defesa de um serviço de transportes de qualidade.”

8.3.7 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

8.3.7.1 - Moção/Saudação - Saudação ao 1º de Maio, Dia do Trabalhador

A História do 1º de Maio, o Dia do Trabalhador, confunde-se com a história da luta dos trabalhadores. Uma luta por melhores condições de trabalho, pela diminuição da duração da jornada de trabalho, por melhores salários, por mais e melhores direitos.

Em Portugal, depois da longa noite da ditadura do Estado Novo, muitos milhares de portuguesas e portugueses saíram à rua no dia 1 de Maio de 1974, por todo o país, celebrando em liberdade esta data e deixando clara a sua adesão à Revolução que, dias antes, colocara um ponto final a quase cinco décadas de repressão.

40 anos depois assistimos a uma ofensiva brutal que nos retira parte dos salários e direitos. Somos forçados a trabalhar mais horas por menos dinheiro. Retiram-nos direitos sem que se perspetive o seu retorno. A Autoridade para as Condições do Trabalho divulgou há dias que, das 41.546 inspeções que realizou em 2013, descobriu 36,6 milhões de euros de salários em falta devidos pelas empresas aos trabalhadores o que representa, em apenas um ano, que os salários em atraso cresceram 66,4%.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O desemprego atingiu, nos finais de 2013, os 15,3%. Portugal continua a ter um nível de desemprego muito superior ao da União Europeia (10,6%) e ao da Zona Euro (11,9%). Um em cada três jovens não tem emprego.

É certo que para alguns o país até pode estar melhor, mas como podemos aceitar que nos digam isso enquanto sabemos que o risco de pobreza da população portuguesa aumentou entre 2011 e 2012, atingindo 18,7% da população, ou seja, quase 2 milhões de pessoas?

É neste contexto que este ano iremos assinalar o Dia do Trabalhador.

Muitas conquistas foram obtidas, ao longo dos 40 anos da nossa Democracia, com grande empenhamento, determinação e coragem de muitos homens e mulheres. Só assim foi possível concretizar, na Constituição da República Portuguesa, direitos fundamentais que têm vindo a ser atacados e destruídos por quem nunca soube o que era lutar pelo direito ao trabalho, à saúde, à segurança social, pelo salário mínimo, pelo direito a férias pagas e pelo subsídio de Natal, por melhores contratos coletivos de trabalho, pelo direito à greve e por direitos específicos para as mulheres.

É, igualmente, neste contexto que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária, nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2014, delibera:

1. Saudar o 1º de Maio, em defesa do direito ao trabalho e de condições de vida com dignidade;
2. Exortar à participação das cidadãs e cidadãos almadenses nas comemorações do 1º de Maio e ao seu envolvimento na prossecução da luta pelo derrube do governo e pela realização de eleições legislativas antecipadas, condição indispensável para um futuro com paz, pão, habitação, saúde, educação e justiça.

8.3.7.2 - Moção sobre Transmissão de Áudio e Vídeo das Sessões da Assembleia Municipal



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Passados 40 anos do 25 de Abril de 1974, observa-se um desinteresse muito acentuado dos cidadãos pelos órgãos do poder local, bem como pelo funcionamento das reuniões onde se tomam decisões que têm importância para as suas vidas.

O Bloco de Esquerda pugna por uma maior participação dos cidadãos na democracia.

Numa época em que muito se fala do afastamento entre os eleitores e os eleitos, apelamos a todos os membros desta Assembleia Municipal para o dever de levar o seu trabalho até aos seus eleitores. Está na hora de facilitar o acesso aos meios de decisão, independentemente dos cidadãos poderem assistir presencialmente a estas sessões.

Esta Assembleia pode e deve recorrer às novas tecnologias que permitem transmitir em direto todo o debate político da Assembleia Municipal, levando o mesmo aos nossos munícipes, independentemente do local onde se encontrem.

O Bloco de Esquerda propõe que os vídeos fiquem também disponíveis para consulta no site da Assembleia Municipal.

As sessões públicas devem ser tornadas realmente públicas. Hoje em dia consegue-se com um telemóvel e ligação à internet fazer transmissões em direto para todo o mundo. É certo que, sem grandes gastos, conseguir-se-á tornar esta proposta uma realidade.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 28, 29 e 30 de Abril de 2014, delibera:

1. Transmitir as suas sessões, ordinárias e extraordinárias, em direto, através da Internet, nos formatos de vídeo e áudio, acessível a todos os cidadãos, solicitando para isso os meios técnicos do município;
2. Que as sessões da Assembleia Municipal possam ser transmitidas em direto por uma Rádio ou Televisão local que manifeste interesse na respetiva transmissão;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

3. Disponibilizar para consulta a qualquer cidadão o áudio e vídeo, registados durante as suas sessões, no site da Assembleia Municipal, da Câmara Municipal ou noutro criado para o efeito.”

8.3.8 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

Pela reposição do transporte de veículos ligeiros em Cacilhas

A Administração da Transtejo anunciou a transferência do transporte de veículos de ligação Cacilhas-Cais do Sodré para a ligação Trafaria-Porto Brandão-Belém com a justificação de que “responde de forma abrangente às necessidades de acessibilidades entre as duas margens do Tejo, contribuindo ainda para a melhoria da distribuição do tráfego na cidade.”

Nestas circunstâncias, os utentes que utilizam Cacilhas para o embarque dos seus veículos para o Cais do Sodré, ficam privados desta alternativa e inevitavelmente irão aumentar o congestionamento na Ponte 25 de Abril. A decisão da Transtejo de transferir o serviço de transporte de veículos da ligação Cacilhas-Cais do Sodré para a ligação Trafaria-Porto Brandão-Belém é uma decisão unilateral.

A medida de dotar a Trafaria de transporte de viaturas é uma boa notícia para o concelho. O que não se compreende é que isso se faça com o sacrifício dos utentes de Cacilhas-Cais do Sodré.

É necessário manter a oferta de ferryboats também em Cacilhas. Só assim o transporte fluvial de viaturas será uma verdadeira alternativa que contribuirá para a mobilidade no concelho de Almada.

Com esta decisão tomada pela Administração da Transtejo, o Concelho de Almada perderá uma oportunidade de melhorar as condições de mobilidade e não é aceitável que se tomem



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

medidas que são mais favoráveis para uma parte da população tornando-as mais difíceis para outra.

Assim, não podemos deixar de manifestar o desejo de que todos os habitantes do Concelho possam ter condições idênticas de acesso aos meios de transporte disponíveis.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária, nos dias 28, 29 e 30 de abril, delibera:

Saudar a Administração da Transtejo pelo Serviço fluvial de transporte de viaturas na Trafaria e apelar à manutenção deste serviço em Cacilhas, pugnando para que a população do Concelho de Almada fique com condições idênticas para uma melhor mobilidade e uma melhor qualidade de serviço de transportes públicos.”

8.3.9 - A Sr.^a Deputada Municipal Eva Gomes (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

MOÇÃO/SAUDAÇÃO

Saudação às ações de luta e protesto dos jovens portugueses

No âmbito do Dia Nacional do Estudante (24 de Março) e do Dia Nacional da Juventude (28 de Março), o último mês foi marcado por diversas ações de protesto.

Estudantes e jovens trabalhadores reivindicaram os seus direitos em diversas manifestações e concentrações por todo o país, nas ruas, escolas e locais de trabalho, que contaram com a adesão de milhares de jovens.

No dia 13 de Março os alunos do ensino básico, secundário e profissional saíram à rua. No concelho, organizaram-se em desfile rumo ao edifício da Câmara onde centenas de estudantes exigiram um “ensino público, universal e gratuito” (Constituição da República Portuguesa art. 74.º 2), com condições materiais e humanas que assegurem o seu sucesso escolar. Reclamaram contra os cortes no financiamento à educação, o altíssimo custo dos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

manuais escolares bem como dos transportes que, com o fim do passe 4_18 aumentaram para o dobro, contra a falta de funcionários, professores e outros técnicos e a contra degradação da escola pública. Os estudantes contaram com o apoio da Câmara Municipal de Almada, que expressou solidariedade para com a luta dos mesmos.

No dia 28 de Março, os jovens trabalhadores manifestaram-se, entre o Largo do Carmo e a residência oficial do Primeiro-Ministro, pelo desenvolvimento de políticas que criem emprego e que defendam o direito ao trabalho e o trabalho com direitos. Protestaram contra os míseros salários, contra a precariedade laboral, contra os eternos estágios profissionais que não passam da promoção de mão-de-obra gratuita, contra o desemprego e contra a emigração, exigindo a derrota deste Governo e destas políticas.

Dia 2 de Abril foi vez dos estudantes do Ensino Superior que, respondendo ao apelo de diversas Associações de Estudantes, realizaram uma importante manifestação em Lisboa seguida de concentração frente à Assembleia da República. No âmbito do seu direito a estudar e com condições, denunciaram o crescente desinvestimento no ensino superior público: os cortes na Acção Social Escolar, que resultaram numa diminuição drástica no número de bolsas atribuídas bem como no seu valor, o aumento dos preços nas cantinas e bares e as insuficientes residências de estudantes. Paralelamente, contestaram o elevado valor das propinas, do preço dos transportes, das reprografias, papelarias e bares, na sua maioria privatizados, assim como a falta de materiais em laboratórios e salas de trabalho e a degradação dos edifícios e equipamentos.

Os custos referidos apresentam-se como barreiras ao acesso e progressão dos estudos superiores; nos últimos anos tem-se assistido a milhares de jovens que não concorrem ao Ensino Superior por saberem à partida que não conseguem suportar as despesas, bem como



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

outros tantos milhares que ao longo do percurso vão abandonando os estudos, por já não terem capacidade de lhes fazer face.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária nos dias 28, 29 e 30 de abril de 2014, delibera:

1. Reafirmar a defesa da Escola Pública, conquista de Abril e saudar e valorizar as múltiplas expressões de luta dos estudantes, dos diferentes graus de ensino, e dos jovens trabalhadores que exigem o cumprimento da Constituição da República Portuguesa.
2. Solidariedade para com os jovens que cada vez mais defrontam-se com ataques sucessivos aos seus direitos, condicionando a sua qualidade de vida e concretização pessoal, profissional e social.”

8.3.10 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção sobre a Erosão costeira na Costa de Caparica- é urgente repensar a Costa de Caparica

A zona da Caparica, que é a grande praia da área metropolitana de Lisboa e o destino balnear preferido de cerca de 3 milhões de visitantes, tem sido notícia pelas piores razões.

A linha de costa entre São João de Caparica e a Costa de Caparica recuou mais de 200 metros entre a década de 60 e a atualidade, ou seja, cerca de 3 metros por ano. As fortes intempéries do atual inverno apenas acentuaram um fenómeno que não dá mostras de ser reversível.

A zona costeira da Costa de Caparica está sujeita a uma intensa ocupação humana e fortes pressões relacionadas com o turismo, as quais perturbam o funcionamento natural deste sistema. Os tipos de ocupação predominante têm também como resultado a amplificação dos riscos naturais e dos riscos provocados pela atividade humana. Entre estes riscos estão:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- a subida do nível médio do mar como consequência da modificação climática global;
- a diminuição do fornecimento sedimentar, devido a intervenções nas bacias hidrográficas, como as barragens, a exploração de inertes, a artificialização das margens e a canalização de cursos de água;
- a alteração das características da dinâmica costeira devido a obras de engenharia;

Em geral as construções permanentes, bares, restaurantes e parque de estacionamento estão construídos sobre as chamadas dunas primárias, pois todos querem ficar perto do mar.

As dunas são elementos básicos do litoral e têm um comportamento dinâmico, conforme a ação dos ventos e do mar, equilibrando, com os seus deslocamentos, os diversos fatores de agressão natural do meio. Com a ocupação permanente de parte das dunas o equilíbrio foi rompido e um dos fatores, em geral ação do mar, torna-se preponderante e provoca a erosão da praia.

É importante realçar que, se estas dunas primárias não tivessem sido invadidas por construções e atividades diversas, a situação que hoje estamos a viver poderia ser diferente. Refira-se a propósito que estudos científicos estimam que, em Portugal, a erosão costeira atual seja cerca de 10 vezes superiores à que se verificaria naturalmente devido à elevação do nível médio do mar.

O quadro aqui descrito é preocupante e sobre ele ainda há que referenciar os prejuízos económicos associados, não só a destruição dos bares e outras infraestruturas, como os potenciais impactos negativos que se virão a verificar no próximo verão, fruto da diminuição da área útil de praia que se traduzirá em menos visitantes e menos receitas.

Este é um problema complexo que exige uma atuação concertada entre todos aqueles que têm responsabilidades na gestão da orla costeira. As Opção do Plano para 2014 remetem para as diligências junto do governo a resolução de uma serie de problemas, incluindo os



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

aqui referidos, mas no ponto 1.1 referem, e passo a citar, “Dar continuidade ao processo de revisão do PDM, com base na mais ampla participação da comunidade e atores públicos e privados, no quadro dos Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento para o Concelho.”

Dito de outra forma, compete ao governo encontrar as fontes de financiamento para a resolução dos problemas da Costa de Caparica, mas compete ao município de Almada a definição das linhas de orientação estratégica para a resolução ou minimização destes problemas, não podendo a inatividade do Programa Pólis servir de desculpa para que a CMA não atue sobre este território. É pois urgente repensar a Costa de Caparica e o seu futuro. Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida na cidade da Costa de Caparica, no seguimento da moção apresentada na sua Sessão de Fevereiro deste ano, delibera recomendar à Câmara Municipal:

- Que, em articulação com uma plataforma alargada de atores sociais relevantes, elabore um plano estratégico para toda a zona da frente marítima, definindo, entre outros aspetos, os usos potenciais e as ações a tomar para enfrentar o problema da erosão costeira, que continuará a ocorrer, de forma a permitir o desenvolvimento das atividades humanas em harmonia com o meio ambiente;
- Que o desenvolvimento deste Plano Câmara se articule com o processo de revisão do PDM.”

8.4 - A solicitação do Grupo Municipal do PSD suspenderam-se os trabalhos da Assembleia Municipal por breves minutos

8.5 - Retomados os trabalhos, prosseguiu-se com o debate usando da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos, António Pedro Maco, Nuno Matias, João Geraldês, Sérgio Bastos, Carlos Guedes, Maria D’Assis, José Joaquim Leitão e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

8.5.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Dar duas ou três notas sobre o nosso sentido de voto dos documentos que estão em discussão e apreciação.

Relativamente à Moção do Bloco de Esquerda sobre a questão dos barcos da Transtejo, dos ferryboats passarem para a Trafaria e também na Moção estar bem clara que essa passagem para a Trafaria não pode pôr em causa um sector importante da nossa população como seja a retirada dos barcos de Cacilhas, merece todo o nosso apoio. Nós temos tido também a preocupação, já manifestámos essa preocupação no sentido de que não faz sentido nenhum em termos uma alteração neste sentido que é grave do nosso ponto de vista, na medida em que tudo o que seja retirar oferta de transporte público, tudo o que seja retirar condições para a sobrecarga na Ponte 25 de Abril, nós consideramos medidas insuficientes, medidas erradas, achamos bem na Trafaria, mas também achamos que tem que continuar em Cacilhas, aliás a própria Transtejo tem uma coisa interessante, ela própria assume nos seus comunicados que reconhece e tem noção de que isto vai prejudicar largos setores da população, nomeadamente no centro do Concelho, toda esta zona que não está tão próxima da Trafaria. E daí obviamente que votamos a favor.

Quanto à questão da Moção do Partido Socialista sobre a erosão Costeira na Costa da Caparica, eu acho que há aqui um conjunto de preocupações que nos parecem relevantes e portanto nós lemos com muita atenção também esta Moção. Todavia parece-me e parece-nos que o que é importante aqui realçar, não é que se exija um novo plano, o que nós precisamos de exigir é a concretização do Plano Estratégico que existe para a Costa da Caparica e desde logo que se exija que quem tem o poder, a responsabilidade da resolução de muitos dos problemas como é o Poder Central, enfim cumpra aquilo que até já anunciou



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que está disponível para fazer para que haja a abertura da época balnear em condições de servir as populações e os visitantes. Portanto, nós entendemos que a execução integral do Plano de Desenvolvimento Estratégico já aprovado e até contratualizado, o que nós temos que fazer é pressão para que se cumpra. E não se trata aqui de querer responsabilizar só uma parte porque eu creio que só talvez por desatenção ou falta de rigor é que nós podemos concordar com aquilo que está na Moção que é a desculpa da Câmara em relação à falta de êxito ou à interrupção do CostaPolis, ou à falta de intervenção da Câmara, quando nós sabemos que tudo o que tem sido feito e até na sua relação com os agente locais, foi por ação do Município - Câmara e Freguesia -, tudo tem sido feito para minimizar e para ajudar a minimizar. Portanto, parece-nos que neste momento, o que nós precisamos hoje aqui era de relembrar a necessidade da concretização das obrigações do Poder Central. Por outro lado, também indicia-se aqui que é responsabilidade da Câmara Municipal a construção dos Apoios de Praias, ora, tanto quanto julgo saber, vem na exposição motivos, digamos assim, desta Moção, vem a ideia, não se é claro quando se diz porque é que os Apoios de Praia foram ali colocados e portanto o que importa aqui reafirmar é que tudo isso foi feito a partir de uma Agência do Ambiente que tem a tutela, a tutela está no Governo, no Poder Central. Grave também consideramos o que se está a passar, digamos as construções em cimento que foram aqui feitas na parte de São João.

Portanto, não podemos acompanhar esta Moção, naturalmente que entendemos que a abordagem deve ser feita de forma serena, podemos eventualmente ter necessidade de um melhor aprofundamento e até de alguma correção aos vários planos, mas não nos parece acertado que neste momento se deite tudo fora o que está feito e se comece um caminho novo. O Plano estratégico de Desenvolvimento é um bom instrumento.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Por outro lado, sobre a outra Moção do Partido Socialista relativamente ao Plano Integrado de Almada, eu também acho que há aqui alguma distração ou esquecimento. Todo aquele território foi retirado do Plano Diretor Municipal por um Governo, julgo não me enganar, do Partido Socialista. Isto é, todo aquele território a Câmara Municipal de Almada deixou de ter jurisdição, ainda hoje não tem jurisdição naquele território. E a mesma coisa acontece aliás de resto também na zona da Margueira, quer no Arsenal do Alfeite. Portanto estar a tentar induzir que é por falta de trabalho da Câmara que aquele território está votado ao abandono parece-nos obviamente excessivo. É verdade que ali há pessoas que não têm médico de família como no Concelho de Almada há milhares que não têm médico de família. Mas também é verdade e não vem referido no texto que por exemplo é altamente preocupante que a única carreira dos TST que serve aquele território que é o 106, enfim acaba às 20H15. E isso é da responsabilidade obviamente dos TST e de quem dá cobertura, ou digamos permite que um serviço público desta natureza seja colocado à mercê das intenções dos acionistas e não no interesse verdadeiro das populações. Eu creio também que seguramente será distração o facto de não se assumir que a Câmara apesar de não ter possibilidade de intervir, tem sido a partir da Câmara que se tem feito ali em cooperação com o IHRU que se tem desenvolvido e se está a desenvolver um Plano Integrado. Creio que dentro daquilo que são as possibilidades de uma gestão de um Município que não tem poder sobre o território, que tem que agir e interagir com o IHRU, parece-me que esta Moção também não corresponde à realidade dos esforços do Município para a resolução, aliás com um forte investimento que ali já foi feito e continua a ser feito. De notar também já agora que estas questões do Plano Diretor Municipal que nós também concordamos e que deve ser um motivo de estudo de ligação às populações, eu creio que deve ser no sentido da convergência da



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

resolução dos problemas do território e não como armas de agressão ou de arremesso para dizer que o Município não zela pelos interesses das populações.

Já agora dizer também que não é verdade, por tudo quanto nós sabemos, não é verdade que só exista limpeza, só exista recolha nas zonas centrais e que todo o resto esteja ao abandono, não parece que seja assim, ainda que admitamos que temos insuficiências, ainda que admitamos que nem tudo está bem, ainda que admitamos que haja muita coisa a melhorar. Mas o que está escrito na Moção não nos parece obviamente verdade, em primeiro lugar e não nos merece concordância nesse sentido.

Portanto, há aqui uma coisa que é dita e que é verdade e já agora também uma correção, é que as rendas de casa não começaram a aumentar agora, nem a degradação. Nós CDU já aqui na Assembleia Municipal em mandatos anteriores tivemos Moções no sentido de apelar para que na Assembleia da República se fizesse alteração da atual Lei que faz com que as pessoas, estejam sujeitas a estas alterações da chamada renda técnica, não me lembro como é que o Partido Socialista votou na Assembleia da República, mas sei que a Lei não passou e sei que o problema das populações já está há pelo menos dois ou três anos a sofrerem as consequências destas rendas que já estão de facto a serem aumentadas e que efetivamente numa situação de crise como nós estamos a viver, é provável que os constrangimentos aumentem e as dificuldades aumentem.

Por fim, quase que pôr em igualdade de circunstância o número de fogos IHRU - Câmara, também nos parece desajustado, porque o Município poderá ter meia dúzia de casas por ali, o grosso efetivamente daquela urbanização é da responsabilidade do IHRU e portanto também aqui não podemos acompanhar esta Moção.”

8.5.2 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Apenas para deixar algumas considerações relativamente ao sentido de voto destes documentos por parte do CDS-PP.

Começo por indicar que os textos maioritariamente ou na totalidade ideológicos relativamente ao 1º de Maio do PS e Bloco de Esquerda, o CDS-PP votará contra e votará a favor o texto do 1º de Maio por parte do PSD.

Relativamente a esta Moção que ainda agora aqui acabou de se falar por parte do Partido Socialista. Eu penso que nesta questão e a intervenção da Sr.ª Deputada da CDU, parece que aquela localidade, aquela Freguesia agora unida à Freguesia da Trafaria, parece que faz parte não da Trafaria mas de outro Concelho. E esta Moção que o CDS apoia e apoiará, apoiará conscientemente visto que o CDS-PP tem tido já há desde algum tempo algumas preocupações relativamente a esta questão do PIA, nomeadamente com a proposta que foi apresentada pelo PUAP, enfim um projeto que nunca mais se viu, nunca mais soube nada, e esta Moção vai além, muito mais do que aquilo que a Sr.ª Deputada disse, não fala apenas no IHRU, esta Moção fala também na limpeza ou na falta dela, fala na manutenção dos equipamentos, fala também na falta de alguns equipamentos, fala nos arruamentos, fala nas acessibilidades e portanto pensamos, Sr.ª Deputada que esta Moção tem todas as condições para ter o aval por parte do CDS.

Relativamente à Moção também por parte do Partido Socialista sobre a erosão costeira da Costa da Caparica, o CDS-PP entende o seguinte, estas questões já recorrentes sobre a Costa da Caparica e sobre a questão da erosão, que tivemos agora estas problemas no início do ano, estas questões são sempre de louvar relativamente à Costa da Caparica e cada vez que estas questões da Costa da Caparica vêm aqui à Assembleia Municipal só aprova aquilo que o CDS-PP tem vindo a dizer ao longo dos tempos, a falta de investimento, a falta de preocupação e o desleixo a que foi votada esta mesma Freguesia na qual nós nos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

encontramos neste momento. De qualquer maneira parece-nos, a agora tocando um pouco aqui na questão que é o centro desta Moção por parte do Partido Socialista, o Partido Socialista também não se pode esquecer de onde é que vêm estes projetos. Portanto, este projeto Polis na Costa da Caparica, quem é que era o Ministro na altura e como é que estes planos foram todos organizados. Portanto de qualquer maneira a preocupação é latente e o CDS-PP vai-se abster nesta mesma Moção.

Relativamente à Moção da CDU, os grandes projetos estratégicos para a região e para o Concelho de Almada, o CDS-PP não poderá estar mais de acordo, digamos assim, com a sua essência. Agora, temos que ver as questões desta forma, o Concelho de Almada e mais neste caso o Executivo diz quando nos encontramos, digamos assim, nas reuniões aqui nesta Assembleia nos planos e projetos que são apresentados, que muitas das vezes não se vai mais longe com determinados projetos, com determinados investimentos porque não há dinheiro. É evidente que ninguém está contra os projetos que aqui estão, agora o CDS-PP pergunta, onde está o dinheiro para eles serem concretizados neste momento? O CDS-PP vai-se abster nesta mesma Moção.

Relativamente às Moções do Bloco de Esquerda, o CDS-PP irá votar contra a Moção dos TST, contratação coletiva.

Relativamente à questão dos transportes ligeiros em Cacilhas, também não deixa de ser curioso e o CDS-PP vai-se abster de qualquer forma nesta Moção, mas não deixa de ser curioso quando se quer tirar o trânsito do centro do Almada, quando se tem um projeto para Cacilhas, quando se aposta no MST, isto é querer a manutenção dos automóveis no centro da cidade. O CDS-PP é franco, nós não reunimos ainda com a Administração da Transtejo, louvamos também que a Trafaria passe a ter neste caso a possibilidade do transporte rodoviário dentro dos seus barcos, agora nós temos que ver estas questões. Será que se



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

justifica no centro da Almada, em Cacilhas que esse transporte permaneça? Será que foram feitos esses estudos? Será que quem apresentou a proposta e dirijo-me diretamente aqui ao Bloco de Esquerda, será que tiveram essa questão para elaborar a proposta em mente? Ficaremos a aguardar, de qualquer forma nós vamo-nos abster relativamente a esta mesma questão.

Relativamente à última Moção que quero deixar aqui uma consideração, a transmissão de áudio e vídeo das sessões da Assembleia Municipal. Esta mesma Moção o CDS-PP vai votar redondamente a favor. Já na última legislatura autárquica passada o CDS-PP apresentou uma Moção semelhante ao qual eu neste momento vou-me escusar de transcrever aqui, digamos assim, as justificações que foram dadas nesta mesma Assembleia para que essa Moção fosse chumbada. Portanto, votaremos a favor.”

8.5.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em relação à Moções cumpre-nos afirmar o seguinte e dar também a informação sobre o sentido de voto.

Sobre o documento número um, do Partido Socialista em relação à Moção sobre o 1º de Maio e neste documento como noutros que estão em debate nesta Assembleia como feliz ou infelizmente noutros, e noutros momentos, nós acompanhamos a saudação aos trabalhadores, acompanhamos as lutas que têm tido ao longo dos anos, aos direitos que têm procurado ganhar, ao combate que entendem de forma democrática empreender a cada dia da sua atividade, seja da sua atividade profissional, seja da sua atividade sindical, mas também entendemos e também procuramos por isso fazer uma Moção que transmitisse na mesma a saudação sem acrescentar noções, visões, interpretações ideológicas ou de combate partidário porque entendemos que seja no 25 de Abril, seja no 1º de Maio, seja em outras datas que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

nos cumpre evocar aquilo que é uma data fundamental da nossa vida em sociedade, aquilo que é a nossa forma de estar numa sociedade e num estado de direito democrático, entendemos nós, apesar de haver objetivamente liberdade de qualquer grupo de apresentar o teor que entende, não é isso que está minimamente em causa, entendemos nós que não se deve acrescentar combate partidário naquilo que é uma evocação de uma data e portanto não acompanhamos este primeiro documento exatamente por esse motivo.

Em relação à Moção sobre a AMARSUL e a privatização da EGF, também iremos votar contra. Não é a primeira vez que o dizemos aqui nesta Assembleia, entendemos que a defesa do conceito de serviço público, a defesa do conceito e o interesse público não é razão direta da forma como se organiza a sociedade entre público versus privado. Aquilo que é fundamental que esteja definido a montante é o conceito de serviço público e a definição e os limites desse mesmo serviço público e do interesse público. E portanto, como não temos uma barreira ideológica que nos leva a achar que dependendo do sector ou em todos os sectores o público sobrepõe-se ao privado em eficiência, em eficácia, em resultados, em rentabilidade, em serviço público como não temos essa visão de que necessariamente o que é privado é mau e o que é público é sempre bom, não acompanhamos esta proposta e esta Moção.

Em relação ao documento sobre os grandes projetos estratégicos para a região e para o Concelho de Almada apresentado pela CDU, cumpre-nos dizer o seguinte, nós também entendemos que há um conjunto de intervenções no território que são fundamentais que sejam levados a cabo, entendemos que necessariamente há projetos que têm sido estudados, que têm sido apresentados publicamente que têm relevância, que devem ter intervenção seja de organismos públicos, seja de eventuais investidores privados. Entendemos é que neste documento também se mistura muito aquilo que é o tempo que estamos a viver, as opções



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que têm vindo a público no âmbito da discussão pública nomeadamente daquilo que são as chamadas infraestruturas de elevado valor acrescentado. Aquilo que é o seu papel no contexto do nosso quadro comunitário e aquilo que é ilegível no âmbito do novo quadro comunitário em relação às infraestruturas que todos nós gostaríamos de ver no terreno. Sendo certo que depois podemos ter aqui alguma discussão sobre a oportunidade por exemplo do Aeroporto de Lisboa na Margem Sul, é ou não urgente, é ou não necessário neste momento ou nos próximos anos? Podemos também ter uma discussão se, se justifica do ponto de vista do interesse público e da necessidade e do peso que isso tem no Orçamento do Estado, estarmos já a pensar em ir construir a terceira travessia do Tejo, sem pôr em causa que ela certamente será útil, agora é ou não urgente? Há ou não forma de sobrecarregar mais o Orçamento do Estado em relação a um investimento público dessa natureza? Também não podemos em causa obviamente o interesse de requalificar o território da Margueira, mas é através dos Fundos Comunitários que ele é ilegível para ser concretizado? E portanto entendemos nós, sem pôr em causa aquilo que possa ser a ambição de um conjunto de projetos estratégicos que aqui estão apresentados. Entendemos nós que há aqui uma confusão tremenda em relação à oportunidade, em relação ao enquadramento, em relação ao estudo que foi feito das infraestruturas de elevado valor acrescentado e por isso não iremos acompanhar este documento.

Em relação à apresentação sobre o Plano Integrado de Almada feito pelo Partido Socialista, iremos votar favoravelmente apesar de também termos dúvidas em relação à questão das rendas, apesar de também percebermos que invariavelmente naquele território específico há um nível de dever, de intenção, de responsabilidade que não é partilhado completamente entre aquilo que é a responsabilidade do Estado e aquilo que é a responsabilidade da Câmara, mas entendemos que é um território que importa ter uma atenção próxima, que



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

importa ter uma intervenção estratégica e que há muito, apesar de haver um conjunto alargado de planos que têm sido apresentados há intervenções que têm sido concretizadas, mas há muito ainda por fazer e portanto iremos votar favoravelmente.

Em relação à Moção do Bloco de Esquerda sobre os Transportes Sul do Tejo, iremos abster-nos, porque confesso, nós temos o hábito e já aqui o transmitimos de não viabilizar um determinado tipo de documentos sem a informação cabal de tudo aquilo que está em causa e manda a honestidade intelectual e também política, que reconheçamos que não temos toda a informação, portanto não iremos votar contra porque não pomos em causa que possa eventualmente haver aqui alguma razão de fundo sobre esta matéria, mas não conhecemos a fundo esta matéria e portanto iremos abster-nos em relação a esta Moção.

Em relação à Moção do 1º de Maio, do Bloco de Esquerda iremos votar contra pelos motivos que aduzi no início.

Em relação à Moção do Bloco de Esquerda sobre as transmissões áudio e vídeo da Assembleia Municipal, nós iremos votar favoravelmente, apesar de percebermos que envolve necessariamente meios que nós até podemos em teoria achar que são passíveis de serem concretizados sem grande esforço orçamental. Acontece por exemplo noutras autarquias, eu acho que o Barreiro é um caso, que transmitem não sei se é a reunião de Câmara, se é a reunião de Assembleia Municipal, confesso que não tenho presente, nem tenho a certeza, mas uma delas é transmitida e hoje em dia os meios para isto ser efetivado não é nada de relevante com uma vantagem que eu penso que acrescenta, como já acrescentaria se o site municipal e o site da Assembleia Municipal fossem mais interativos e fossem mais informativos do ponto de vista da realidade quotidiana do Município, se fosse possível objetivamente chamar cidadania, chamar o cidadão para participar e coloca-lo, ir busca-lo para a participação cívica que nós entendemos que deve ser relevante no dia a dia e se este for



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

um instrumento para chamar mais a atenção para o funcionamento dos órgãos autárquicos, não vemos razões em contrário, antes pelo contrário, entendemos que pode ser útil, relevante e positivo. Portanto, iremos votar favoravelmente.

Em relação à Moção do Bloco de Esquerda sobre os veículos ligeiros em Cacilhas, nós iremo-nos abster. E iremo-nos abster por um motivo simples. Nós não pomos em causa a necessidade de ter mais uma solução para o transporte de passageiros neste caso de veículos, sendo certo que temos alguma dúvida em relação ao porquê da opção. E temos algumas dúvidas e eu ainda a semana passada ouvi um Vereador da Câmara de Lisboa que referenciava que a área que hoje em dia serve este tipo de transporte vai deixar de ter, daqui a algum tempo, circulação automóvel. E portanto, pode haver uma justificação para esta opção. Defende-se a opção ou não se defende a opção. Agora, aquilo que é verdade, a ser verdade aquilo que veio a público, das informações dos Vereadores da Câmara de Lisboa, é que aquela área deixará de ter trânsito automóvel e portanto, ainda assim, acho que estas soluções deveriam ser mais bem explicadas e deviam ser mais partilhadas com os utentes, em relação à necessidade ou não deste tipo de soluções.

Em relação à proposta dos jovens iremos votar contra, não por estarmos contra os jovens, as suas lutas e aquilo que são os seus anseios, não é isso que está em causa, mas porque verdadeiramente se aproveita a luta dos jovens para fazer mais uma vez alguma campanha e alguma luta panfletária que nós respeitamos obviamente, estamos num espaço de liberdade, mas não acompanhamos porque entendemos que não se deve misturar as lutas, neste caso geracionais, com aquilo que são as lutas respeitosamente e democraticamente que se leva a cabo do ponto de vista partidário.

Para finalizar, a Costa, e porque nós estamos na Costa. A Moção do Partido Socialista sobre a erosão costeira, iremos votar favoravelmente, mas dar apenas uma nota para terminar. Em



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

relação a esta matéria, porque é uma matéria que nos preocupa, na última Assembleia Municipal tivemos ocasião de apresentar um documento que defendia uma reflexão, que acompanhasse a intervenção urgente que é necessária que se efetive na Costa da Caparica por razões que todos nós sabemos que têm a ver com, se calhar algumas deficiências de planeamento no passado, algumas intervenções que se calhar não foram concretizadas da maneira mais adequada e mais eficaz, mas porque e apesar de estarmos, neste caso o PSD, com responsabilidades governativas não viramos costas àquilo que são as necessidades no terreno e no nosso Concelho, porque é a nossa terra. Necessariamente preocupa-nos que o Governo não deixe de agir rapidamente para a reposição daquilo que são as intervenções urgentes, aliás eu posso deixar aqui publicamente também a informação que nós PSD, Autarcas, Deputados temos feito um conjunto de intervenções formais ou informais no sentido de junto da Agência Portuguesa do Ambiente, junto do Ministério do Ambiente sensibilizar para aquilo que é uma terra que realmente, e como aqui já foi dito muitas vezes, tem sido esquecida por diversos Governos, nalguns casos também do PSD, mas também pela autarquia. De soluções que nem sempre foram estruturantes, nem sempre foram soluções definitivas e por isso é que na última Assembleia e infelizmente não foi aprovado, mas era importante que se tivesse deixado bem claro que em simultâneo com as intervenções urgentes que têm que ser feitas e que o Governo não pode atrasar nem deve atrasar há um repensar que deve ser assimilado em relação a soluções definitivas e em intervenções futuras periódicas ou definitivas que tenham que ser realizadas, e essa discussão já foi tida em vários fóruns, em vários momentos, mas nunca ficou determinado qual é que era a intervenção que teria que ser repensada e agilizada para o futuro da Costa da Caparica. Porque vamos encher novamente as praias de areia, essa é a solução definitiva? Não me parece. Que problemas é que estão associados a esta matéria? Que tipo de intervenção



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

definitiva é que pode ser repensada dentro daquilo que, parece-nos a nós, que é um conceito estratégico que é a necessidade de termos praia e uma frente de praia que é um valor económico, que é um bem para o nosso Concelho e para a nossa terra. Essa discussão foi feita, mas que soluções definitivas é que têm que ser complementadas? Que intervenções periódicas é que se têm que assegurar? Qual é a responsabilidade e de quem é que essas intervenções devem emanar? Com que periodicidade? Eu confesso que já ouvi várias soluções, já discutimos isto ao longo de muitos anos, mas nem a Câmara, nem o Governo assumiram de uma vez por todas aquilo que deve ser a intervenção periódica ou estrutural que tem que ser efetivada. Eu já vi várias soluções, mas confesso que nunca vi nenhum plano estratégico de intervenção, e portanto, apesar de neste momento haver uma maioria da qual o PSD toma parte nós também exigimos ao Governo que isso seja concretizado, mas também exigimos à Câmara que participe nessa decisão estratégica e por isso propusemos na última Assembleia, foi pena que a nossa proposta não tivesse sido aprovada, mas era com este intuito e era com este objetivo, porque não era para fazer combate, não era para fazer combate à maioria autárquica, nem era para criticar ou apoiar o Governo do País, era para defender a Costa da Caparica, era para concretizar definitivamente aquilo que tem que ser um plano de ação que tem que ser feito em dois níveis, entre aquilo que é urgente, aquilo que tem que ser intervenção pontual e aquilo que tem que ser intervenção estratégica para o futuro. Algo que manifestamente e mais uma vez estamos aqui a discutir a Costa da Caparica mas ainda não está definido de uma vez por todas qual é que tem que ser. E nós estamos aqui para participar na discussão, nós também não temos certezas absolutas em relação a tudo, mas queremos participar na discussão e queremos que os órgãos autárquicos como o Governo não se demitam de o fazer e o promovam rapidamente sem pôr em causa a necessidade da intervenção urgente que tem que ser efetivada e também por isso, nos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

locais próprios e atempadamente pedimos ao Governo para não se esquecer da Costa, pedimos ao Governo para vir à Costa acompanhamos a visita do Governo na altura à Costa e temos que procurar sensibilizar para a necessidade de não deixar cair um valor económico que é fundamental para todo o Concelho, que é a época balnear na Costa da Caparica.”

8.5.4 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente para complementar a minha Camarada Luísa Ramos vou tentar utilizar os três minutos que nos restam em dois sentidos.

O primeiro não é propriamente um sentido de voto, é uma proposta que nós queremos apresentar ao Bloco de Esquerda no sentido do documento que apresentaram relativamente às transmissões das sessões da Assembleia, esta questão poder descer digamos assim, à reunião de representantes. Julgamos que ela tem matéria que precisa de ser aprofundada, precisa de ser estudada, precisa de ser refletida, melhor refletida e todos nós teríamos a ganhar se ela pudesse ser feita nessa sede dos representantes da Assembleia. É a proposta que nós fazemos ao Bloco de Esquerda, que ela desça à reunião de Representantes sem ser votada hoje no plenário com o compromisso obviamente de regressar ao plenário se assim os representantes o entenderem.

A segunda nota tem a ver com a Moção do 1º de Maio, sobre o 1º de Maio apresentada pelo PSD e desde já dizer que a CDU se vai abster na votação desta Moção, porque o PSD na parte deliberativa homenageia os trabalhadores, porque se não fosse a homenagem aos trabalhadores, a CDU votaria contra e votaria contra pelas seguintes razões, o Sr. Deputado Nuno Matias verberou aqui a Moção sobre o 1º de Maio apresentada pelo Partido Socialista acusando o Partido Socialista de tomar a posição ideológica sobre a questão do 1º de Maio e dizendo que a Moção que o PSD apresenta não é ideológica. Ora bem, eu julgo que esta



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Moção é mais do que ideológica, é ideológica no mau sentido do termo, porque falar em direitos sustentáveis, falar em bem estar de todos os trabalhadores, falar em competitividade económica ou social do nosso País é tudo, inclusivamente ideológica. E portanto, esse é o primeiro argumento, mas a nossa questão vai mais longe da discussão ideológica, até porque apresentar uma Moção sobre o 1º de Maio pretendendo que ela não seja ideológica é algo que me parece extremamente difícil. Mas dizia a nossa questão vai mais longe, gostaria de sublinhar que o PSD que nos diz estas coisas todas, fala em direitos sustentáveis, o bem estar de todos os trabalhadores e fala da competitividade económico social, eu pergunto que conceitos são estes? Porque o PSD é o Partido mais responsável do atual Governo que tem praticado precisamente o contrário a esses valores que pretende afirmar, é o Partido que tem promovido o desemprego, tem promovido a miséria, tem promovido a fome, tem promovido a indignação, tem promovido pelas suas políticas o afastamento de um número cada vez maior de portugueses precisamente por estes princípios que tenta aqui valorizar nesta Moção. Por essa razão a CDU votaria contra este texto que o PSD aqui nos apresenta, mas como disse no início, uma vez que se trata de homenagear os trabalhadores portugueses a CDU vai abster-se.”

8.5.5 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Gostaria de dar um esclarecimento no que diz respeito à Moção que apresentei sobre a Costa da Caparica, as propostas que o Partido Socialista apresenta no que diz respeito à Costa da Caparica, ao Polis e ao Planeamento Estratégico nesta zona em que nos encontramos, são propostas que nós julgamos construtivas e baseadas em factos científicos, em factos que nós vemos ocorrer e portanto nós não estamos a exigir nada à Câmara. Nós estamos a recomendar à Câmara uma coisa que nos parece simples. É óbvio que houve a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

intervenção do Polis que está ferido de morte, não sei o termo correto para utilizar, mas não está a ser desenvolvido. O Plano Estratégico do Polis consiste no desenvolvimento de sete Planos de Pormenor, o que nós vimos aqui propor é que seja feito um planeamento não só dessa zona, mas de toda a zona marítima que vai desde a Fonte da Telha até à Trafaria por assim dizer e que esteja focada nos problemas que o acréscimo dos fenómenos da erosão costeira tem vindo a refletir-se aqui na nossa zona. Portanto, não há aqui nenhuma intervenção de fazer guerra política nem nada do género, é um contributo para que o planeamento que é uma competência também desta autarquia sejam tido em conta os fenómenos que se têm vindo a verificar, apenas isso.”

8.5.6 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Agradecer à Deputada Municipal do PAN pela cedência do tempo e vou tentar ser rápido, começando por dizer que o Bloco de Esquerda aceita que a nossa Moção sobre a transmissão de áudio e vídeo baixe à Conferência de Representantes e assumimos desde já o compromisso de tudo fazer para a trazer novamente na próxima reunião ordinária da Assembleia Municipal.

Dizer que o CDS questiona de forma clara e o PSD de forma um pouco menos clara, mas questiona também a ausência de estudos para suportar a manutenção do serviço de transporte fluvial de veículos entre Cacilhas e o Cais do Sodré, mas como de costume não é questionada a ausência de estudos que justifique a retirada desse mesmo serviço, e todos sabemos o que acontece quando permitimos que um serviço seja retirado, o que nos custa depois voltar a recuperar esse mesmo serviço. Portanto, não podemos ter dois pesos e duas medidas, se quisermos permitir que este serviço seja retirado, então que seja consubstanciado



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

com a apresentação de estudos que de facto demonstrem que este serviço já não serve os almadenses.

Em relação ao que aqui foi dito sobre as Moções do 1º de Maio e também já agora sobre a do 25 de Abril, naturalmente, como já aqui foi dito, uma Moção sobre o 1º de Maio que não seja uma Moção ideológica é uma Moção inócua para nós. Foi aqui dito pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias do PSD, que os direitos que os trabalhadores ganharam, não, os direitos não se ganham, os direitos conquistam-se, e muitas vezes de forma muito árdua, e por isso não podemos compreender essa posição, da mesma forma que não poderemos votar favoravelmente a Moção sobre o 1º de Maio e a Moção sobre o 25 de Abril aqui trazidas pelo PSD, pelo que já foi exposto pelo Deputado Municipal da CDU João Geraldes. Criar direitos e deveres sustentáveis não se enquadra naquilo que é a nossa perspetiva de sociedade. Os direitos e os deveres não têm que ser sustentáveis porque nem tudo é números nesta vida. Em relação à democracia consolidada de que falam no 25 de Abril e à democracia plena e para todos os portugueses, nós não acompanhamos, não podemos acompanhar e só não votamos contra porque de facto a parte deliberativa da Moção não nos permite. E creio que é tudo.”

8.5.7 - A Sr.ª Deputada Municipal Maria D'Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente à Moção sobre o PIA, eu quero só referir de facto, nós não estamos abstraídos, como diz a Deputada Luísa Ramos. De facto esta Moção foi feita na base de um diagnóstico real daquele território e portanto relativamente ao Partido Socialista tem preocupação, de facto para um território em que de facto tem uma grande densidade populacional urge, urgentemente, urge que de facto ajam, que se envolvam os vários atores sociais na definição de um plano de desenvolvimento social e local. E portanto, esta Moção



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tinha só um propósito construtivo, no sentido de apresentar de facto, dar visibilidade às questões que a população e aquele território apresenta e no sentido de facto de alertar para a necessidade dos vários atores sociais e se deixar, se envolver num plano de desenvolvimento social e local. E portanto, nós não quisemos trazer para aqui nenhuma politiquice, foi de facto sempre numa preocupação para com aquela população e com aquele território.”

8.5.8 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só algumas palavras em relação às Moções que estão em debate e se me permitem poder ajudar ao esclarecimento de algumas matérias.

Em primeiro lugar em relação à questão da privatização da AMARSUL para que isto fique claro. O que está em causa é um roubo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias. O que está aqui em causa é um roubo. Não há nenhum princípio ideológico, é um roubo absolutamente. É a impossibilidade dos Municípios que é vedada por Lei de adquirirem a parte que naturalmente teriam direito num sistema de mercado que os senhores defendem, a parte da EGF que vão vender, porque é que não põem no mercado já que defendem o mercado? Porque esse sistema de condicionamento do mercado nos moldes que os senhores estão a defender era o do Salazar. Esse era o do Salazar, só aqueles é que podiam comprar e vender. E foi assim que a indústria e o desenvolvimento nacional ficou comprometido. É assim. É o chamado viés da concorrência, porque é público. É porque os Municípios poderiam concorrer e eventualmente ter a maioria do capital das empresas de gestão dos resíduos sólidos, porque é que isso é vedado? Isso é um roubo, é utilização do poder para oferecer naturalmente privilégios a uma clique, à mesma clique que enriqueceu neste últimos anos tanto quanto os portugueses estão a pagar juros e a fazerem sacrifícios. São três ou



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

quatro, são conhecidos vêm publicados quanto é que a sua riqueza aumentou no País e no mundo nestes últimos anos? Todos eles portugueses, são os nomes conhecidos, foi o que os senhores têm feito, empobrecer os portugueses para enriquecer meia dúzia de indivíduos. Meia dúzia de indivíduos que naturalmente estão associados aos grandes centros financeiros internacionais e que depois enfim se permitem fazer estes negócios aos quais os senhores se submetem. Portanto, o que está em causa é um roubo e por isso há muitos colegas e muitos companheiros seus de Partido que não acompanham, nem acompanham o PSD de Almada, em relação a esta matéria como provavelmente é do seu conhecimento.

Questão da Transtejo. A questão da Transtejo é porque provavelmente o Governo não dá à Transtejo, por ser empresa pública, os meios para que ela possa ter os barcos, ferryboats para que possam funcionar em Cacilhas e na Trafaria. Provavelmente.

Não sei se essa coisa dos estudos para cá e para lá, de quantos é que andam, não sei se isso é assim. Tenho algumas dúvidas. Da conversa que foi possível ter, não propriamente e em específico sobre esta matéria com as pessoas da Transtejo não fiquei com a ideia que isto se fundamentasse em estudos desta dimensão, aliás para a Margueira está prevista uma Marina, está previsto um Terminal de Cruzeiros, está previsto que uma das docas sirva de terminal, justamente para o transporte e para a ligação entre Almada e Lisboa, com melhores condições do que aquelas que oferece atualmente Cacilhas. Tenho a ideia que andamos aqui à volta do problema, à procura de uma justificação e de um estudo, não, o que se passa é que empresas públicas não têm os recursos para cumprirem a sua missão. Faz parte da mesma política que justifica a venda da AMARSUL.

Terceira questão que queria colocar. Naturalmente que em relação às infraestruturas de alto valor acrescentado, as justificações apresentadas pelo Sr. Secretário de Estado na reunião que estive, em relação ao Aeroporto de Lisboa e em relação à terceira travessia do Tejo,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

não têm tanto a ver com estas questões de oportunidade, mas sim tem a ver com os compromissos que foram estabelecidos com as empresas que gerem as pontes , concretamente a questão da Lusoponte e com a empresa que adquiriu a gestão do aeroporto de Lisboa. E portanto, é ai que as coisas batem, são os compromissos que foram assumidos nesse plano. E portanto, é ai que está o problema, para que fiquemos claros e enquanto os nós não forem desatados em relação a essa matéria, estou aqui a simplificar as palavras do Sr. Secretário de Estado, naturalmente que estes projetos poderão estar bloqueados. Não bloqueados pelo interesse nacional, porque qualquer calculo de recursos, mas porque se assumiram compromissos que não se deviam ter assumido, sacrifício da soberania nacional em relação a aspetos centrais para o seu desenvolvimento e estas políticas têm de facto responsáveis.

Finalmente a questão da Costa da Caparica. A questão da Costa da Caparica, enfim, não esperava outra coisa se não fosse o PSD votar a favor. Mas que isto fique claro, o que nós estamos a dizer às pessoas da Costa da Caparica aprovando esta Moção, é dizer aos concessionários dos apoios de praia que têm que sair dali. É o que cá está. Não sei como é que os Senhores leem isto. Qualquer cidadão dirá que “em geral as construções permanentes, bares, restaurantes e parques de estacionamento estão construídos sobre as chamadas Dunas Primárias. Pois todos querem ficar perto do mar. Já ouvi dizer em reação aos hospitais, todos querem ter um hospital ao pé da porta. As Dunas são elementos básicos do litoral e têm um comportamento dinâmico conforme a ação dos ventos e do mar, equilibrando com os seus deslocamentos diversos fatores de agressão natural do meio, com a ocupação permanente de parte das Dunas, o equilíbrio foi rompido e um dos fatores em geral a ação do mar torna-se preponderante e provoca a erosão da praia. É importante realçar que se estas Dunas Primárias não tivessem sido invadidas por construções e atividades diversas,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

a situação que hoje estamos a viver poderia ser diferente.” Portanto, acautelem-se os concessionários de apoios de praia e acautelem-se os senhores dos parques de campismo e o pessoal do Bairro do Campo da Bola e por ai fora, porque têm aqui bons amigos na Assembleia Municipal que apresentam este tipo de Moções. Quando se definem situações de extrema gravidade como estas que agora se agitam, e eu gostava de saber se esta agitação não tem nada a ver com o chamado porto de água profundas que querem criar na Trafaria e em relação ao qual andam ai com as “arcas encoiradas” sem dizer afinal o que é que querem daquilo.

Ainda não se pronunciaram se estão à espera que esta Moção seja aprovada para dizer, eles puseram tudo em causa, os documentos aprovados não valem nada e portanto, terreno aberto. É isso que querem? É isso que querem a aprovar esta Moção? Querem de uma forma sub-reptícia abrir o caminho à destruição ambiental da Costa da Caparica e do que ai está. É isso que os senhores querem? Fica à vossa consideração, caros amigos.”

8.5.9 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Entende o Partido Socialista que em democracia, e recordo que hoje assinalamos os quarenta anos do 25 de Abril, em democracia é perfeitamente possível conciliar a luta politico partidária com a convergência na defesa dos interesses concretos das populações. O PS não abre mão de contribuir pela ação concreta, pelas propostas que faz para que isso aconteça, para que os problemas das pessoas sejam definidos. O que nós aqui assistimos hoje foi a uma encenação lamentável da parte da CDU, quer através dos Srs. Deputados Municipais, quer do Sr. Presidente da Câmara, que tem como única desculpa, eventualmente o desconhecimento de alguns dossiers municipais, visto que veio de fora, porque aquilo que disse é perfeitamente inaceitável. Assacar ao Partido Socialista intenções relativamente à Trafaria, quando o Partido



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Socialista sempre esteve à frente da luta na defesa das condições ambientais e dos interesses da população da Trafaria, quando o Partido Socialista desde que o assunto se pôs relativamente ao fecho da Golada e ao porto de águas profundas da Trafaria, sempre claramente se bateu contra, independentemente das posições tomadas a outros níveis, o Partido Socialista de Almada nunca transigiu, nunca hesitou, nunca abdicou, nunca baixou as bandeiras. Portanto é ignominioso o que aqui se passou e é um péssimo sinal para o que o futuro nos reserva. Esperemos que isto que assistimos hoje tenha sido um fogacho que não tenha continuidade, porque senão é muito grave e é muito prejudicial para os interesses do povo de Almada.”

8.5.10 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só um esclarecimento em relação àquilo que foi dito, não me vou pronunciar, mas em relação ao seguinte. Todos sabemos da importância da reposição de areias nas praias da Costa da Caparica. Foi-nos dito que se faria a reposição de areias de modo a que fosse salvaguardada a época balnear. E o Sr. Ministro até disse que seria até ao início do verão, fui eu que disse dia 21 de junho. Ora bem, e o que se passa é que nós pensávamos que no dia 26 de fevereiro o Sr. Ministro estava já a trabalhar para a reposição das areias da praia, mas qual é o nosso espanto quando hoje me fazem chegar à mão o Diário da República, 2ª Série, nº 30, de dia 24 de abril 2014 e em que um despacho do Sr. Primeiro Ministro com o número 5576/2014, se diz que “delego no Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva a competência para autorizar a realização de despesa, o montante máximo de cinco milhões e cem mil euros, sem IVA incluído, para a empreitada de alimentação artificial das praias da Costa da Caparica, São João da Caparica 2014. Ficam delegadas no Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, com



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

faculdade de subdelegação todas as competências que me são cometidas pelo CCT enquanto órgão competente para a decisão de contratar, o presente despacho produz efeitos desde a data da sua publicação” que foi dia 24 de abril. Pergunto se este despacho, porque é que esteve dois meses para sair. O que é feito dos contratos, somos os primeiros a dizer que com a quantidade de obstáculos que são colocados à contratação pública à qual o Governo também está obrigado e não encarando o Governo isto como matéria de maior emergência, que muito provavelmente corremos o risco de não serem feitas as obras de reparação em tempo útil. E portanto é legítimo que se pergunte, não estou a dizer que não haja respostas e que as respostas não possam ser legítimas e explicáveis. Agora, pergunta-se porque é que se esteve dois meses à espera.

Sr. Deputado, não sei se estamos explicados, mas é preciso falarmos claro com as pessoas. Eu sei que há dois Partidos Políticos e há mais do que isso até.”

8.6 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

8.6.1 - A Moção/Deliberação sobre “O 1º de Maio, 40 anos após o 25 de Abril de 1974 apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Vanda Lima e Silva, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreira; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

8.6.2 - A Moção/Deliberação sobre “Tomada de posição conjunta dos Municípios acionistas na AMARSUL contra a privatização dos serviços públicos de resíduos”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e o Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos não exerceu o seu direito de voto, por considerar poder haver incompatibilidade.

8.6.3 - A Moção/Deliberação sobre “O 1º de Maio - Um dia de todos os Trabalhadores”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Rafael Almeida, foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP) e vinte e uma abstenções (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE e do PAN).

8.6.4 - A Moção/Deliberação sobre “Grandes Projetos Estratégicos para a Região e para o Concelho de Almada, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN), cinco votos contra (de eleitos do PSD) e uma abstenção (do eleito do CDS-PP).

8.6.5 - A Moção/Deliberação sobre “Plano Integrado de Almada, apresentada pela Sr.ª Deputada Municipal Maria D’Assis, foi rejeitada por maioria com dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), dezassete votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD e do CDS-PP) e três abstenções (de eleitos do BE e do PAN).

8.6.6 - Moção/Deliberação “Pelo cumprimento da contratação coletiva nos TST”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreira; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Costa da Caparica, do BE e do PAN), um voto contra (do eleito do CDS-PP) e cinco abstenções (de eleitos do PSD).

8.6.7 - A Moção/Saudação ao 1º de Maio, Dia do Trabalhador, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi aprovada por maioria com trinta e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreira; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do BE), seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e uma abstenção (da eleita do PAN).

8.6.8 - A Moção/Deliberação sobre “Transmissão de áudio e vídeo das Sessões da Assembleia Municipal”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, foi retirada baixando à Comissão a requerimento que foi votado e aprovado por unanimidade.

8.6.9 - A Moção/Deliberação “pela reposição do transporte de veículos ligeiros em Cacilhas”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, que foi aprovado por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreira; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis abstenções (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

8.6.10 - A Moção/Saudação às ações de luta e protesto dos jovens portugueses, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Eva Gomes, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreira; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE e do PAN) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

8.6.11 - A Moção/deliberação sobre “Erosão Costeira na Costa da Caparica é urgente repensar a Costa da Caparica”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos, foi rejeitada por maioria com dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó), dezasseis votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e do PSD) e quatro abstenções (de eleitos do BE, do CDS-PP e do PAN).

8 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião a realizar dia 29 de abril.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as Maria Teodolinda Monteiro Silveira, José Manuel Raposo Gonçalves, António José Pinho Gaspar Neves, Maria Amélia de Jesus Pardal, Francisca Luís Baptista Parreira, António José de Sousa Matos, Vitor Manuel dos Santos Castanheira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisco Miguel Pereira Cardina e Mara Andreia Gonçalves Figueiredo Vitorino.

10 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA, das Sr.^{as} Juristas Fábria Mateus e Maria João Carvalho de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de cinquenta e sete Srs. Munícipes.

11 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

12 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H50 do dia 29 de abril de 2014.

13 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O

PRESIDENTE _____

—

A 1ª

SECRETÁRIA _____

A 2ª

SECRETÁRIA _____